

OBEGEF – Observatório de Economia e Gestão de Fraude

WORKING PAPERS

#55

Crise, rupturas e
continuidade no mundo e
na África subsariana



Carlos Pimenta, Óscar Afonso, Ricardo Fonseca



OBEGEF
Observatório de Economia
e Gestão de Fraude

>> **FICHA TÉCNICA****CRISE, RUPTURAS E CONTINUIDADE NO MUNDO E NA ÁFRICA
SUBSARIANA**

WORKING PAPERS Nº 55 / 2017

OBEGEF – Observatório de Economia e Gestão de Fraude

Autores: Carlos Pimenta¹; Óscar Afonso²; Ricardo Fonseca³

Editor: Edições Húmus

1ª Edição: Mês de NNNN

ISBN: 978-989-755-285-4

Localização web: <http://www.gestaodefraude.eu>

Preço: gratuito na edição electrónica, acesso por download.

Solicitação ao leitor: Transmita-nos a sua opinião sobre este trabalho.

Comunicação apresentada à conferência do IESE, Moçambique, 2017

©: É permitida a cópia de partes deste documento, sem qualquer modificação, para utilização individual. A reprodução de partes do seu conteúdo é permitida exclusivamente em documentos científicos, com indicação expressa da fonte.

Não é permitida qualquer utilização comercial. Não é permitida a sua disponibilização através de rede electrónica ou qualquer forma de partilha electrónica.

Em caso de dúvida ou pedido de autorização, contactar directamente o OBEGEF (obegef@fep.up.pt).

©: Permission to copy parts of this document, without modification, for individual use. The reproduction of parts of the text only is permitted in scientific papers, with bibliographic information of the source.

No commercial use is allowed. Not allowed put it in any network or in any form of electronic sharing.

In case of doubt or request authorization, contact directly the OBEGEF (obegef@fep.up.pt).

¹ Professor catedrático na FEP/UP. Fundador do OBEGEF. Autor de vários materiais científicos. Principais áreas de investigação: Fraude e Economia Não-Observada, Globalização, Interdisciplinaridade e Epistemologia das Ciências Sociais. Prémio da ACFE em 2012

² Doutorado e professor associado com agregação da Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP), onde lecciona nos três ciclos de estudos. É membro fundador do OBEGEF (Observatório de Economia e Gestão de Fraude, sendo actualmente seu presidente

³ Mestrando em Ciências Policiais (ISCPSP) e pós-graduado em Ciência Médico-Legais (ICBAS). Investiga as problemáticas ligadas à desestabilização dos domínios político-sociais pela criminalidade organizada e terrorismo. Investigador no OBEGEF na área da criminalidade económico-financeira no panorama internacional.

>> **ÍNDICE**

INTRODUÇÃO	5
GLOBALIZAÇÃO E FINANCIARIZAÇÃO	8
CRISE, RUPTURAS E CONTINUIDADES	20
TÓPICOS SOBRE A ÁFRICA SUBSARIANA	26
CONCLUSÃO	29
ANEXOS	30
ANEXO 1 - OFFSHORES	30
ANEXO 2 - ENR E SEU CÁLCULO PARA MOÇAMBIQUE	34
Considerações gerais sobre o conceito ENR	34
Modelo monetário	35
Modelo MIMIC	37
Alguns comentários adicionais	42
ANEXO 3 – TÓPICOS SOBRE A ECONOMIA ILEGAL EM MOÇAMBIQUE	44
Introdução	44
Entre as lacunas, a globalização e legislação	46
A legislação do crime organizado	46
Do apoio ao estabelecimento da criminalidade organizada	48
Fronteiras terrestres e marítimas	49
Actividades perpetuadas pela Criminalidade Organizada	50
<i>Tráfico de Drogas</i>	50
<i>Esquemas colaterais pelo tráfico de drogas</i>	52
<i>Roubo de viaturas</i>	53
<i>Tráfico de Seres Humanos</i>	54
<i>Corrupção na imigração clandestina</i>	55
Considerações finais	55
BIBLIOGRAFIA	57

>> **RESUMO**

Neste artigo reflectimos sobre a realidade económica das últimas décadas, numa fase social que podemos designar de globalização, enfatizando uma parte da realidade africana. A África Subsaariana não escapa a estas tendências estruturais globais, mesmo sendo um sub-continente relativamente à margem dos circuitos do capitalismo financeiro. Os efeitos directos e indirectos da financeirização e a regulação neoliberal que impera desde os anos 80 sobre as economias e políticas públicas em países africanos são ainda mais profundos do que podem parecer a um olhar superficial sobre as suas recentes trajectórias económicas. Moçambique, em particular, participa deste processo regional e apresenta algumas especificidades como as que se associam às actuações criminosas transnacionais, à corrupção que lhe está associada, à crescente bancarização de uma elevada parte da população e à elevada economia registada (46% do PIB oficial em 2015), embora estacionária na última década.

>> **ABSTRACT**

In this paper we reflect on the economic reality of the last decades, in a social phase that we can call globalization, bearing in mind a relevant part of Africa. Sub-Saharan Africa does not escape these global structural trends, even though it is a sub-continent on the fringes of the circuits of financial capitalism. The direct and indirect effects of financialization and the neoliberal regulation that has prevailed since the 1980s on economies and public policies in African countries are even deeper than they may seem after a superficial look at their recent economic paths. Mozambique, in particular, participates in this regional process and presents some specificities such as those associated with transnational criminal activities, corruption associated with it, increasing bankarisation of a large part of the population and high registered economy (46% of official GDP in 2015), although stationary in the last decade.

>> INTRODUÇÃO

1. A nossa preocupação fundamental é reflectir cientificamente sobre a realidade económica das ultimas décadas, numa fase social que podemos, muito abstractamente, designar de globalização. Essa leitura científica tem de ser construída tendo em conta os ensinamentos da Economia, sobretudo da época em que esta ciência visava descrever e interpretar as relações sociais e as tendências estruturais e conjunturais que geravam, mas também percebendo a totalidade que o Homem representa e a indispensável importância da interdisciplinaridade.

Vivemos uma época histórica em que a conciliação entre o que são constatações inolvidáveis e as aparências pode não ser tarefa fácil. Continua a ser verdade que “a riqueza das sociedades em que reina o modo produção capitalista apresenta-se como uma «imensa de acumulação de mercadorias»” (Karl Marx, 1969 [I - 1867], p. 51 (Vol. I)), mas é frequente constatarmos que o rendimento e a riqueza se acumulam em países, instituições e indivíduos socialmente distanciados das actividades produtivas.

O capitalismo assume-se como a fase mais desenvolvida da produção mercantil e a moeda (D) surge sempre estreitamente ligada às mercadorias, seja como instrumento de validação social das mercadorias ($M - D - M$) ou seja como moeda-crédito ($D - M - D'$). Mesmo quando esta dualidade da moeda gera conflitos e a pseudovalidação social da mercadoria se assume como dominante (Pimenta, 1985, p. 567) a moeda está relacionada com a mercadoria e nem o domínio da moeda de crédito inconvertível, quiçá dando maior amplitude possível às idiosincrasias dos “agentes económicos”, autoriza a subvalorizar essa relação (Brunhoff, 1973, p. 11). É na mesma linha que inicialmente surge o conceito de capital financeiro: “fusão ou interpenetração dos bancos e da indústria” numa época de domínio dos monopólios (Lenine, 1968 [1917], p. 693), embora a actual observação da realidade tenda mais a destacar outras afirmações do autor sobre este domínio do “capital financeiro” que parece ter pouco a ver com a actividade industrial: “dominação de uma oligarquia financeira” (693); “reforçando a dominação das oligarquias financeiras e esmagando toda a sociedade com um tributo em proveito dos monopólios” (698) conduzindo à usura¹ em grande escala;

¹ O conceito de usura está muito associado no conhecimento corrente a juros muito elevados. Provavelmente pelo seu peso pré-capitalistas: “A existência do capital de usura só requer a transformação em mercadorias pelo menos de uma parte dos produtos e só supõe que o dinheiro desenvolveu as suas diversas funções ao mesmo tempo que o comércio das mercadorias” (Karl Marx, 1969 [I - 1867], p. 253 (vol VII)). Provavelmente por não estar ligado directamente à produção. Com efeito se o empréstimo é feito a uma empresa produtiva, o juro tenderá a estar directamente relacionado

a “emissão de valores” (669), a “especulação sobre os terrenos” (670) são algumas das actividades de reforço do seu poder “penetrando imperiosamente em *todos* os domínios da vida social, independentemente do regime político e de todas as outras «contingências»” (701); reconhece que esta “supremacia do capital financeiro sobre todas as outras formas do capital significa a hegemonia dos que vivem dos rendimentos e da oligarquia financeira” (702/3).

Quando nos aproximamos da realidade apercebemo-nos da relevância do poder no processo de produção, circulação e distribuição do rendimento, troca e consumo, o que exige um esforço interdisciplinar entre a Economia e a Política, entroncando a jusante em outros saberes disciplinares. Constataremos igualmente a estreita interligação entre os acontecimentos económicos e os fenómenos criminais, como tentámos começar a explorar num trabalho recente (Pimenta & Afonso, 2014). Aliás só assim se compreenderá que políticos lúcidos façam determinadas afirmações, mesmo atendendo tratar-se de um discurso eleitoral: “Agora sabemos que é tão perigoso ser governado pelo dinheiro organizado como pelas máfias organizadas” (Roosevelt, 1936).

Estas são algumas preocupações de fundo, que gostaríamos de conseguir resolver cientificamente, mas de que ainda estamos longe de o conseguir. Neste trabalho seremos bem mais modestos nas pretensões.

2. A “globalização” e a “crise” aconselhariam uma leitura completa da economia mundial. Contudo tal ultrapassaria os nossos conhecimentos actuais e inviabilizaria a apresentação desta comunicação em tempo útil. Provavelmente algumas das nossas considerações seguintes poderão ser postas em causa ou reforçadas a partir da consideração de realidades nacionais, sobretudo das que são indispensáveis para antever, nos limites possíveis, a evolução futura da situação actual. Estamos, sobretudo a pensar nos países designados como emergentes, com destaque para a China.

com o lucro esperado (que tenderá a ser o limite superior do aceitável). Se o empréstimo é feito a um indivíduo este limite objectivo tende a desaparecer. O juro passa a ser determinado exclusivamente pela correlação de forças existente. Contudo, não foi esta a razão fundamental para esta chamada de atenção, mas do interesse que nos parece existir em diferenciar usura e crédito. Associando a usura a uma sobrevivência pré-capitalista em capitalismo – “a usura sobrevive «nos poros da produção capitalista»” (Brunhoff, 1973, p. 113) – e considerando que “o que distingue o capital portador de juro, enquanto elemento essencial do modo de produção capitalista, do capital usurário, não é de forma alguma a natureza ou o carácter desse mesmo capital” (Karl Marx, 1969 [I - 1867], p. 260 (Vol VII)) é difícil distinguir os dois conceitos. Contudo parece-nos útil: o crédito é o capital de empréstimo à produção, enquanto que a usura é o capital de empréstimo para outros fins. Enquanto o crédito é individual e socialmente relevante directamente, a usura só o é individualmente. Que haja uma usura pré-capitalista e uma outra capitalista não é de estranhar, tantas são as situações similares.

Vamos operatoriamente centrarmo-nos nas realidades americana e europeia, quer porque são núcleos vitais dos países capitalistas desenvolvidos e controladores, quer porque são a justificação, histórica e actual, das grandes manchas do subdesenvolvimento, nomeadamente em África.

Pedimos desculpa das limitações desta comunicação com a esperança que abra algumas pistas de investigação futura².

² Antes de terminarmos esta introdução convém recordar a presença de um de nós na conferência constitutiva do IESE com uma comunicação intitulada "Apontamentos Heterodoxos sobre Globalização e Desenvolvimento em África" que foca alguns aspectos tratados nesta comunicação. Poderíamos aqui e ali remetermos para esse texto, mas não o fazemos por duas razões: (1) queremos que o presente documento valha por si mesmo com um discurso completo e articulado; (2) as afirmações então formuladas foram reforçadas, eventualmente alteradas, considerando outras vertentes da realidade, frequentemente oculta. Recordar essa comunicação é hoje uma fonte de prazer porque logo no início dela foi dito "permitam-me que inicie estas palavras breves (...) formulando os votos que o IESE encontre nesta conferência inaugural dinâmica para se afirmar e projectar num futuro que desejamos longo, certamente difícil, mas igualmente enaltecido pelos contributos à investigação científica, à formação de uma opinião pública esclarecida, a uma melhor cidadania, à intervenção sócio-política". Hoje sabemos que esta esperança foi concretizada plenamente. Obrigado pelo vosso trabalho.

>> GLOBALIZAÇÃO E FINANCIARIZAÇÃO

3. No início do presente milénio procedemos a uma leitura da globalização (Pimenta, 2004) tendo em conta ensinamentos da Economia (essencialmente a noção de produto e a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo) mas baseado no tratamento estatístico de um conjunto de indicadores internacionais. Nele tiramos duas conclusões:

1. Os dados apontam para a década 80 do século passado como momento de viragem para o que designamos por globalização³.
2. A globalização caracteriza-se pela financiarização, isto é, pela elevada importância relativa da criação e circulação do capital-dinheiro em relação ao capital-mercadoria, logo dissociada das actividades produtivas.⁴

Desdobremos este último aspecto.

4. O traço estatisticamente relevante desta época foi o da financiarização. Significa isto uma grande intensidade de operações financeiras em relação às actividades produtivas, o que podemos designar por capital industrial e comercial.

Esta financiarização manifesta-se de diversas formas: como o crescimento das empresas associadas às actividades financeiras e a sua capacidade de imposição no mundo dos negócios enquanto oligopólios ou

³ Como este é um termo generalizadamente usado, convém precisar porquê a sua utilização. “«Globalização», «mundialização» e «internacionalização» são três denominações que surgem frequentemente para designar uma determinada realidade social actual que todos admitem conhecer e interpretar” (Pimenta, 2004, p. 21), mais que não seja porque a sua práxis se insere nessa realidade e a sua vida quotidiana é marcada por tal. Considerando que todos eles apontam para uma maior densidade e frequência de relações entre cidadãos e instituições, independentemente da sua localização geográfica; e deixando de lado outros termos aqui e ali utilizados, assumimos os dois últimos como processos que sempre existiram: ampliação do espaço geográfico das trocas comerciais e da especialização. A primeira sempre existiu e a segunda está presente desde que a organização política assentou em nações. Em capitalismo a Revolução Industrial e os finais do século XIX são dois momentos importantes desse processo, por razões económicas e suas consequências políticas, de que é paradigmática a Conferência de Berlim em 1884/5. Reservámos o termo globalização para designar uma fase do capitalismo, mais precisamente do capitalismo na sua fase imperialista, mas que se autonomiza em consequência do empolamento de algumas das suas características, como oportunamente referiremos. Também chamamos a atenção que a utilização simplificada do singular exige reter o essencial e trata-se de uma simplificação: “Não há só uma mas muitas mundializações: a da informação, a das drogas, das epidemias, do ambiente e, claro, sobretudo a das finanças. Além disso surgem grandes dificuldades, porque as globalizações avançam a ritmos muito diferentes” (Butros-Gali in Martin & Schumann, 1999, p. 198)

⁴ Acrescente-se, como prelúdio para a análise da crise, que considerávamos que havia (a) um conflito entre criação de valor e a distribuição do rendimento e da riqueza; (b) a forte probabilidade do surgimento de uma crise. Mas se a crise aconteceu não serviu, como veremos, para modificar a fase em que o capitalismo se encontrava.

monopólios; a diversidade de instituições financeiras (bancos de investimento e comerciais, frequentemente confundindo os limites de uns e outros, as seguradoras e os fundos de pensões, os fundos de investimento e de capital de risco e uma grande diversidade de fundos especulativos, por vezes sediados em territórios onde o sigilo é a alma do negócio); os variados títulos bolsistas existentes, alguns dos quais mais não são que ficções matemáticas; a titularização dos créditos que permitiam transformar riscos de empréstimo em negócios de bolsa transformando aqueles em lucros nos balanços das empresas; a circulação do capital financeiro à escala mundial sem qualquer controlo ou constrangimento⁵.

A usura aumenta significativamente em relação ao crédito (ex., empréstimo para consumo, nomeadamente de longo prazo, empréstimo aos Estados).

Como afirma Stiglitz (2004), o FMI deixou de se preocupar com as problemáticas económicas (de que provavelmente a mais ingente é o desenvolvimento económico-social) e passou a preocupar-se exclusivamente com o financeiro, associando a si muitas outras instituições. As empresas de rating assumem-se como orientadores dos “investimentos” financeiros.

Muitas das operações são quase instantâneas, como convém às actividades especulativas, frequentemente conduzidas por algoritmos e informatização (Gayraud, 2016). Assim se compreende que o valor médio diário (insistimos, diário) das transacções nos mercados bolsistas fosse no início do milénio o dobro do Produto Interno Bruto (PIB) a nível mundial durante um ano (insistimos, ano) e que até à crise tivesse havido um aumento da sua importância relativa. Além deste dado outros poderiam ser apontados: (a) Os lucros das empresas financeiras [nos Estados Unidos da América] saltaram de menos de 5% dos lucros totais das megaempresas (após dedução dos impostos) em 1982 para 41% em 2007” (Martin Wolf in Amaral, Epstein, Fine, & Toporowski, 2010, p. 107); (b) as megaempresas não-financeiras têm vindo a acumular proporções crescentes dos seus lucros obtidos através da actividade financeira (idem). Enfim, nas palavras de Stockhammer, “o que há de novo é o impulso de atingir o lucro por meio da eliminação da capacidade produtiva e do emprego⁶” (in Amaral et al., 2010, p. 108).

⁵ Frequentemente este aspecto é designado “livre circulação do capital (financeiro)”, expressão que evitamos pelo impacto ideológico e simbólico que tem. Se é livre é o resultado da existência de liberdade e esta é desejada para qualquer cidadão, conduzindo a uma espontânea aceitação. Simultaneamente oblitera que a “liberdade” de uns pode ser a outra face da “não liberdade” de outros.

⁶ Esta referência aconselha um apontamento. Quando é montada uma empresa o objectivo dos seus donos é que ela dê determinado lucro. E é legítimo que assim seja, pois só isso justifica a aplicação de capitais. Contudo o discurso “oficial” não é esse: “vamos criar a empresa X que permitirá a criação de N postos de trabalho”. Os trabalhadores são um instrumento para os lucros, mas o objectivo principal não é referido e ressalta-se o instrumento. Este pequeno apontamento mostra

Enfim, a financiarização conduz a um estrondoso aumento do capital fictício, isto é, de algo que se assemelha a capital mas não o é⁷. O sistema financeiro é considerado "sistémico", vital, para o funcionamento da economia apesar de 40% da população não beneficiar de quaisquer serviços financeiros (Amaral et al., 2010, p. 100) e de provavelmente a restante economia só beneficiar com o seu "emagrecimento"⁸.

Quase seria desnecessário referir que estas transformações do capitalismo repercutiram-se em todos os aspectos da vida social (poder e estruturação das grandes empresas, investimento, fusões e aquisições, importações e exportações, deslocações da força de trabalho, etc.), mesmo quando não provocou nele alterações qualitativas. Não nos parece que justifique mais do que esta modesta referência.

Contudo há dois aspectos que exigem alguma reflexão adicional.

Em primeiro lugar, o factor permissivo e muitas vezes impulsionador, destas transformações: o neoliberalismo como designação abrangente de um certo paradigma da Economia, de uma certa interpretação simbólica e ideológica da realidade, de uma certa organização do Estado e da política.

Em segundo lugar, a constatação óbvia de que, estando a financiarização associada simultaneamente à não criação de rendimento e à apropriação de riqueza por parte de alguns, assente numa contradição que pode conduzir à sua própria destruição. Há que perceber quais são os canais utilizados pelos "donos do mundo" para superar o referido conflito.

5. O neoliberalismo é frequentemente apresentado como um dos pilares da globalização. O que é isso? Uma corrente, paradigma, da Economia? Uma forma de organização do Estado?

Responder a estas perguntas exige irmos atrás no tempo, porque o próprio nome (neoliberalismo) pode conduzir em erro⁹. As considerações

a diversidade entre o simbólico e ideológico com fácil aceitação social e os efectivos objectivos de um empreendimento.

⁷ Precisemos um pouco mais. O termo "capital fictício" aparece relacionado com o crédito no título e conteúdo do capítulo XXV de O Capital (Karl Marx, 1969 [I - 1867], pp. 64-79). É fácil perceber o que se pretende designar por tal, mas em nenhum momento apresenta uma definição. Segundo Duménil, Löwy, and Renault (2009) "para Marx, o capital é o valor em movimento. O movimento do capital passando de uma a outra forma à procura do seu crescimento (...). Tudo o que parece capital mas não responde a esta definição é declarado «capital fictício»" (22). Parece capital porque o seu proprietário apropria-se de um adicional de riqueza, não é capital porque socialmente não gera mais-valia, porque não cria valor acrescentado.

⁸ A este propósito seria interessante analisar o caso islandês na crise, apesar das especificidades desse país.

⁹ Na descrição seguinte seguimos de perto o nosso livro (Pimenta, 2017), objecto de outra comunicação, individual, a esta conferência. Aproveita-se para esclarecer que economia e Economia são conceitos diferentes: no primeiro certos aspectos da realidade social e no segundo a ciência que estuda essa realidade.

sobre o que designamos tradicionalmente por actividade económica estruturaram-se, constituindo-se em corpo científico autónomo, ao mesmo tempo que se percebeu que a sociedade tinha uma actividade própria e, portanto, “leis naturais” que a faziam funcionar por si. Não dependiam nem de Deus nem do Rei, o que ficou patentemente demonstrado com a Revolução Industrial, num contexto cultural herdado de Galileu. Por isso a Economia nascente era espontaneamente abstencionista da intervenção do Estado, da actividade política. Estamos na fase do liberalismo que, porque considera que há “leis naturais” olha para a realidade, procura descrever e interpretar algumas facetas da sociedade, mesmo que ainda tenha alguma dificuldade de o fazer e tenha que recorrer à metáfora da “mão invisível” (Smith, 1981). Esta situação manteve-se enquanto o sistema capitalista era único e não se tinha defrontado vincadamente com as suas próprias vicissitudes¹⁰. Acrescente-se que há um conceito fundamental subjacente a esta Economia: o conceito de “equilíbrio”.

Estes referenciais começam a estar em causa com a revolução russa de 1917 e com a análise keynesiana que demonstra que é possível o equilíbrio a diversos níveis de desemprego e, a partir daí, analisa a importância da intervenção do Estado na economia. Entretanto, a partir dos anos 40 do passado século o objecto da Economia passa a ser a gestão dos recursos escassos e rapidamente se converte em gestão óptima dos recursos escassos, só obtível através do pressuposto da “racionalidade económica dos agentes”. Estamos, a partir de então, não na descrição (menos na interpretação) do que é, mas do que deve ser. É nesse contexto que alguns economistas aparecem como defensores do mercado, como realidade idealizada, considerada racional, eficiente e transparente. É em consequência desta fé que se admite que o Estado não deve intervir na actividade económica. Contudo este “não dever intervir” exige a intervenção do Estado¹¹, seja para passar para as empresas toda a actividade económica (por exemplo, pelas privatizações),

¹⁰ Porque certamente alguns se estarão a interrogar sobre a posição neste processo, alguns poucos apontamentos. Marx é um autor que através da análise científica, baseada na lógica dialéctica e no materialismo mostrou que o capitalismo é uma forma temporária de organização da sociedade e que lançou algumas pistas sobre a forma da superar, situando-se nesse objectivo uma das suas obras mais importantes e conhecidas (K. Marx & Engels, 1975). Contudo, os seus trabalhos do que hoje podemos designar de Economia (Karl Marx, 1969 [I - 1867], 1974b) mantêm o mesmo fio condutor, filtrado pela crítica construída sobre o que hoje poderíamos designar por Lógica Paraconsistente (N. C. A. Costa, 1993; N. C. A. d. Costa & Lewin, 1995). É, por isso, que estudou profundamente Adam Smith e Ricardo e afirma no Prefácio da primeira edição alemã de O Capital “Não se trata aqui do grande desenvolvimento mais ou menos completo dos antagonismos sociais que resultam das leis naturais da produção capitalista. Trata-se sim destas leis em si mesmas, de tendências que se manifestam e realizam com uma necessidade de ferro” (Karl Marx, 1974a, p. 11).

¹¹ Pode servir de exemplo desta política da não política a influência decisiva de Milton Friedman na política de Pinochet, nos anos sangrentos do Chile.

seja para alterar a legislação em favor daqueles princípios (por exemplo, “flexibilização” do mercado de trabalho), seja para organizar a burocracia do Estado de forma empresarial (dando lugar, por exemplo, às parcerias público-privadas, ou ao “cheque-ensino”), seja para facilitar o funcionamento do seu “mercado” mítico (por exemplo, eliminando o planeamento, abrandando a regulação, fiscalização e criminalização de certas actividades), seja ainda para contribuir para a ideologização da sociedade, mesmo que espontânea.

Se o comportamento racional é ontologicamente errado e a sua pressuposição é-o epistemologicamente, a fé nos mercados exige arquitectura da escolha – concepção e adopção de subtis indutores de comportamento (Ana Cordeiro Santos in Neves (Org) & Caldas (Org), 2010, p. 123) – e um “laborioso esforço de engenharia” (131), comandos, condicionalismos proibições que exigem o poder político para ser aplicável.

Se quisermos invocar um autor iniciador desta corrente económico-política (inicialmente, porque hoje é político-económica) provavelmente teremos que referir Hayek. Como afirma Rodrigues “Depois da Segunda Guerra Mundial, e já sob a condução de Friedrich Hayek, que tinha tido uma participação relativamente discreta no colóquio de 1938, o neoliberalismo continuará a evoluir, com a fundação, em 1947, da Mont Pelerin Society, contando também como o apoio de vários patronos empresariais” (Rodrigues et al., 2017, p. 18).

Esta constatação coloca, contudo, um problema: porquê associar tão estreitamente a globalização (nascida nos anos 80 do século passado) e o neoliberalismo (bastante anterior)? Depois de um tempo de difusão, disfarçando a normatividade com uma aparente positividade e com o simbolismo da defesa do indivíduo, depois de ter sido adubado pela crescente importância das multinacionais na sociedade, depois de ser reconhecido nos meios políticos e académicos, espontaneamente admitido pelo individualismo, consumismo, imediatismo das referências e amor à “liberdade” solipsista, institucionalizado e premiado, o neoliberalismo encontra nos anos 80 três acontecimentos que o catapultaram: a microinformática facilitou uma gestão à escala planetária; os dois principais países capitalistas adoptaram o neoliberalismo (com Reagan, 1981/89, e Thatcher, 1979/1990); a queda do Muro de Berlim simboliza o fim da experiência socialista/comunista, uma profunda mudança na correlação de forças nacionais e internacionais e o fim de um sistemático contraponto para a evolução do capitalismo. Em 1989 o «Consenso de Washington» reflecte a cartilha programática do neoliberalismo. É com o neoliberalismo que assistimos a uma sistemática política de apoio ao grande capital em detrimento dos outros grupos e classes sociais e o reconhecimento da sua importância para o futuro da sugestão, que na

prática se traduziu, em particular com a crise, em “nacionalizar os prejuízos [a serem pagos pelos cidadãos] internacionalizar a propriedade [para maior apropriação de riqueza]” (Rodrigues & Teles, 2017).

6. Se houve um período em que alguns autores admitiram que a globalização tenderia a aproximar os países e as pessoas no seu rendimento disponível hoje, face à informação conhecida é impossível sustentar tal posição.

Se compararmos o rendimento per capita a dólares correntes entre os países de mais altos e de mais baixos rendimentos constatamos que entre 1980 e 1994 a relação aumentou 3,7 vezes, seguindo-se até 2003 um período de instabilidade anual do rácio, apresentando neste último ano um valor similar ao anteriormente referido e depois um período de queda acentuada até 2015, mas apresentando neste último ano, mesmo assim, um rácio 2,2 vezes superiores ao existente em 1980¹².

Mas é dentro dos próprios países de altos rendimentos, que as diferenças se têm acentuado. Por isso o cálculo do coeficiente de Gini para vários países com a mesma metodologia seria uma informação muito útil, mas ele existe para poucos países e em anos esparsos. As comparações ao longo do tempo são estatisticamente difíceis de existir, mas alguns estudos actuais sobre o problema revelam uma desigualdade abissal. Mais, tudo aponta no sentido da crise ter também funcionado para o aumento das desigualdades dos cidadãos¹³. Apenas alguns dados.

Segundo a OXFAM (2016)

- Os 1% dos mais ricos possuem mais riqueza que os 99% restantes.
- Em 2015, apenas 62 pessoas possuem uma riqueza igual à dos 3.600.000.000 de pessoas que constituem a metade mais pobre da humanidade. Um lustro antes eram 388 pessoas.
- A fortuna dessas 62 pessoas mais ricas do mundo aumentou 44% entre 2010 e 2015, isto é, mais de 500.000.000.000 de dólares. Simultaneamente a riqueza de metade dos mais pobres sofreu uma quebra de 41%.

¹² Acrescente-se, no entanto, que se considerarmos os países mediantemente desenvolvidos nos dados acima referidos a situação é totalmente diferente. No rácio entre o rendimento per capita nos países de mais alto rendimento e os de menor e médio rendimento assistimos a três períodos: 1980-1992 com um aumento de 104%; 1992-1998 com relativa estabilidade e a partir de então até 2015 de quebra acentuada, registando nesse último ano um valor 12% inferior a 1980. Esta variação resulta essencialmente do aumento per capita nesses países que passaram de 1,2 mil dólares em 2002 para 5,1 em 2014. Recorde-se que este conjunto de países é muito vasto e diversificado, mas entre eles se encontra, por exemplo, o Brasil, a China, a Índia e a África do Sul. Os dados foram retirados das bases de dados do Banco Mundial.

¹³ Embora não retomemos o assunto para cruzar dados, chama-se a atenção para a relação entre este facto e o que diremos em alguns pontos seguintes.

- Desde o início do século, os 50% menos ricos receberam apenas 1% do aumento de riqueza ocorrido no período, enquanto os 1% mais ricos beneficiaram de 50% daquele aumento.
- O funcionamento do actual sistema económico processa-se a favor do capital e em detrimento do trabalho, isto é, a favor dos mais ricos. Há indícios de uma intensificação dessa situação.
- Os paraísos fiscais são cruciais neste processo; 90% das empresas mundialmente mais importantes utilizam, pelo menos um paraíso fiscal.
- O peso dos salários no PIB tende a diminuir entre 1988 e 2011. Por outras palavras, a produtividade dos trabalhadores dos países desenvolvidos aumenta, enquanto os salários estagnam.
- Desde a década de 80 os salários dos administradores aumentaram aproximadamente 1000%.

Também Shorrocks, Davies, Lluberas, and Koutsoukis (2016), em nome do Credit Suisse, chama a atenção para a pirâmide global da riqueza e como ela revela profundas desigualdades à escala mundial e também no segmento mais rico¹⁴.

Stiglitz (2013) apresenta dados sobre a situação nos EUA, essencialmente no período da crise, que sintetiza do seguinte modo:

- O recente crescimento dos rendimentos nos EUA ocorre essencialmente no 1% do topo da distribuição de rendimentos¹⁵;
- Como resultado, verifica-se uma crescente desigualdade¹⁶;
- Os cidadãos da base e os da classe média vivem hoje pior do que viviam no início do século;
- As desigualdades na riqueza são ainda maiores que as desigualdades nos rendimentos;
- As desigualdades são evidentes não só nos rendimentos, mas também em muitas outras variáveis que reflectem os padrões de vida, tais como a insegurança e a saúde;

¹⁴ Se analisarmos a distribuição da riqueza pela população constatamos que os mais ricos representam 0,7% dos habitantes deste nosso planeta mas possuem 45,6% da riqueza; o grupo seguinte representa 7,5% da população e 40,6% da riqueza; 18,5% da população tem 11,4% da riqueza e, finalmente os restantes 73,3 dos cidadãos do mundo apenas possuem 2,4% da riqueza. Se analisarmos as diferenças internas no grupo que concentra a mais importante parcela de riqueza deparamos novamente com uma profunda desigualdade, embora, evidentemente, com um significado social diferente do anteriormente referido.

¹⁵ A riqueza das 16 mil famílias mais ricas (os 0,1% do topo) subiu de 1% em 1980 para 5% em 2010, enquanto no pós-crise (2007/2010) a riqueza da classe média caiu cerca de 40%. (p. 11)

¹⁶ Nas últimas três décadas os 90% de baixo tiveram um crescimento de apenas 15% nos seus salários, enquanto os 1% do topo tiveram um aumento de quase 150% e os 0,1% do topo de mais de 300%. (66)

- A vida é particularmente difícil para as classes mais baixas, e a recessão tornou-a muito pior¹⁷;
- Tem-se verificado um certo esvaziamento da classe média;
- Existe pouca mobilidade dos rendimentos – a ideia dos EUA enquanto terra de oportunidades não passa de um mito;
- Por fim, os Estados Unidos têm mais desigualdades que qualquer outro país desenvolvido, faz menos para corrigir estas desigualdades, e a desigualdade cresce mais que em muitos outros países. (85)

Porque é um argumento habitual relacionar eufemisticamente estas desigualdades com a possibilidade de melhores condições de vida para as populações (“sem investimento não há emprego” terminamos estas considerações sobre as desigualdades na globalização ainda com as palavras de Stiglitz:

“Se os ricos ficassem cada vez mais ricos e se a classe média e os da classe mais baixa também ficassem cada vez melhor seria uma coisa, sobretudo se os esforços dos primeiros fossem fulcrais para o êxito dos restantes. Poderíamos celebrar os êxitos dos que estão no topo e sermos gratos pelos seus contributos. Porém não é isso o que se tem verificado” (p. 61)

“Se as famílias pobres em dificuldades inspiram hoje a nossa compaixão, as do topo suscitam cada vez mais a nossa ira. Outrora, quando havia um alargado consenso social de que os ricos ganhavam o que mereciam, havia uma generalizada admiração por quem estava no topo. Contudo, na crise recente os directores executivos dos bancos receberam bónus descomunais pelas perdas descomunais e as empresas despediram trabalhadores, afirmando não haver dinheiro para os manter, para depois usarem essas poupanças nos bónus oferecidos aos executivos. Como consequência, a admiração pela inteligência do topo deu lugar à raiva pela sua insensibilidade” (p. 80-81).

7. Analisemos, finalmente, para terminar este ponto, o facto do capital financeiro se apropriar de valor que não produziu. Antes da globalização a resposta era fácil: o sector produtivo criava valor e o sector financeiro apropriava-se de uma parte dele pelo serviço de intermediação entre o capital-dinheiro disponível e o capital industrial. Com a globalização esses parâmetros foram alterados porque a financiarização está associada fortemente ao capital fictício e o movimento do capital financeiro tem uma dimensão gigantesca em comparação ao produto mundial. Podemos, pois, concluir que globalização

¹⁷ Na crise financeira oito milhões de famílias perderam as suas casas [aproximadamente 7% da população].

e valor estão em rota de colisão, a qual foi mais intensa, durante o período de crise, como eventualmente podemos deduzir do facto de então ter havido uma quebra de produção e da liquidez se ter reduzido estrondosamente¹⁸.

Parece-nos que a superação temporária, o que não significa passageira, deste conflito entre apropriação e produção de valor pode ser superada por três vias, todas elas muito multifacetadas.

- Uma primeira possibilidade é as elites financeiras aproveitarem o progresso tecnológico, a estreita relação com o Estado e a gestão à escala mundial para trazer valor produzido para a sua área de influência, para a sua actividade de apropriação de riqueza.
- A segunda é ter a possibilidade de aproveitar em seu proveito uma grande parte do valor criado à margem do oficial, isto é, ser parte integrante, chamemos-lhe assim, da economia não registada na contabilidade nacional.
- A terceira é apropriar-se da riqueza alheia, isto é, passar para a sua propriedade o que era valor anteriormente apropriado por outras entidades, assistindo-se a uma transferência de riqueza, e não de rendimento então gerado.

Frequentemente as fronteiras entre estas vias é difusa, porque são partes integrantes do mesmo movimento do capital financeiro. Alguns exemplos que apresentaremos de seguida muito provavelmente mostrarão que estamos perante uma totalidade multifacetada.

Pensamos que a primeira via é suficientemente conhecida para merecer aqui qualquer explicação. É a desvalorização do valor da força de trabalho, é a subvalorização dos recursos dos países neocolonizados ou subdesenvolvidos, é a substituição dos serviços públicos rentáveis por serviços de empresas privadas como, por exemplo, nos sectores da saúde e da aposentação.

A terceira via passa pela promoção de rent-seeking, “ou seja, obtenção de rendimentos não como recompensa por se ter criado riqueza mas por açambarcamento de uma fatia excessiva de riqueza que não se produziu (...) retirando riqueza dos outros” (Stiglitz, 2013, p. 93)¹⁹. São aspectos relevantes desta apropriação de renda os “jogos de bolsa” totalmente alheados do funcionamento da produção, a usura sob as suas diversas formas (desde

¹⁸ Em reforço desta posição Stiglitz recorda que quem pôde suportar a quebra na bolsa na crise e tinha recursos financeiros para aí continuar a “investir” e, acrescentamos nós, pertencia às elites económicas do neoliberalismo, saiu recuperando todo o dinheiro perdido e aumentado a sua riqueza.

¹⁹ Posteriormente o autor explicita mais pormenorizadamente o que entende por tal, do que destacaríamos, embora ainda geral, a seguinte explicação: “o rent-seeking assume diversas facetas: transferências e subvenções ocultas e públicas por parte do Estado, leis que tornam o mercado menos competitivo, aplicação negligente de leis de concorrência existentes, e estatutos que permitem às grandes empresas tirarem vantagens dos outros ou passarem os custos para o resto da sociedade” (Stiglitz, 2013, p. 101)

o “crédito hipotecário”, que forçou a crise do subprime, às diversas formas de crédito ao consumo; a dívida dos Estados e outros tipos de financiamento)²⁰. A própria fraude e corrupção podem fazer parte desta promoção do rent-seeking, como teremos oportunidade de ver.

8. Resta-nos falar do envolvimento das elites financeiras em todas as actividades que são à margem da economia oficial²¹. O neoliberalismo, apoiante do “livre” funcionamento dos mercados, cria desregulação²². Esta impulsiona a fraude económico-financeira²³ e pelo branqueamento de capitais utiliza a liquidez gerada naquela para reforçar a sua intervenção no mundo oficial dos negócios. A organização político-social da economia mundial funciona de forma a permitir esta dinâmica, tendo como centros nevrálgicos os vulgarmente designados offshores²⁴, ponto de encontro dos resultados do não pagamento aos Estados dos impostos devidos, das actividades criminosas (da droga ao tráfico de seres humanos, entre milhares de outros exemplos) e da corrupção política. As elites empresariais defraudadoras e as organizações criminosas transnacionais²⁵ encontram vários canais de comunicação

²⁰ Com a crise foi habitual na União Europeia os bancos mal geridos, actuando especulativamente e cometendo frequentemente fraudes estarem próximos da falência. O que mais aconteceu foi serem os Estados, e indirectamente os cidadãos, a pagarem os prejuízos desses procedimentos. Os lucros eram privados, assim como os prémios obscenos aos administradores, e os prejuízos socializados. Ganhavam com os comportamentos erróneos, ganhavam com os esquemas de não pagamento de impostos, ganhavam com a desvalorização da força de trabalho, ganhavam com o financiamento aos Estados. Até da falência das instituições financeiras as elites tiravam vantagens.

²¹ Hesitámos muito sob como deveríamos abordar este ponto por algumas razões concomitantes: (a) é, na nossa opinião assente em factos, uma das características fundamentais do capitalismo contemporâneo; (b) é muito pouco considerado nas análises que pretendem descrever e interpretar a realidade social actual, o que denota o escasso conhecimento sobre o assunto; (c) Os factos anteriores exigiriam um tratamento exaustivo do problema para que não houvesse equívocos, mas tal levaria, em última instância e escrever centenas de páginas, o que não faz sentido. Optámos por ser sintéticos, acrescentando aqui e ali comentários que evitem alguns equívocos e remetendo para bibliografia (muito pouca) que podem permitir o aprofundamento de algumas destas temáticas.

²² O que verdadeiramente está em causa é a capacidade do Estado para ser defensor da “causa pública”. A regulação já é uma forma branda de intervenção do Estado, mas é a terminologia hoje adoptada, quando, por exemplo, o planeamento (imperativo para o Estado e indicativo para as empresas) se torna tendencialmente inviável pela importância económica à escala mundial das multinacionais e pelas concepções políticas dominantes. A ausência de regulação é, muito frequentemente, acompanhada de ausência de fiscalização e de descriminalização de muitas actividades predadoras.

²³ Precisemos o que se entende por tal: fraude é todo o acto intencional de pessoas, individuais ou colectivas, perpetrado com logro, e que causa, efectiva ou potencialmente, vantagens para alguns ou danos a outros e que violam as boas práticas sociais, a ética, ou a lei. O logro, ou fingimento, que envolve a fraude significa que ela não é visível, considerável, antes de ser descoberta, que significa que ela pode existir sem ser detectada. É o que acontece, por exemplo, quando há manipulação dos preços de transferência e contabilidade criativa, frequentemente associadas à fraude fiscal; quando a corrupção viciou definitivamente um concurso público ou uma decisão política.

²⁴ Ver Anexo 1. Refiramos adicionalmente um livro que reputamos de fundamental para o estudo do problema e que não é referido nesse anexo: (Shaxson, 2011)

²⁵ Recorde-se o que se dizia na conferência ministerial das Nações Unidas sobre o crime organizado,

e a chamada criminalidade de colarinho branco²⁶ assume um papel cada vez mais decisivo na política e na economia.

Esta imensidão de actividades “à margem da lei e da ética” e altamente rentáveis reflecte-se parcialmente no que se designa, utilizando a linguagem da OCDE, por economia não observada, isto é, a economia que não é registada na contabilidade nacional.

Como diz um dos autores que mais tem estudado esta actividade criminal (Gayraud, 2011, 2014a, 2014b; Gayraud & Thual, 2012) que acompanha a globalização “não nos deveríamos espantar que o capitalismo desregulado faça emergir regularmente, sob formas variadas, segundo os lugares e as épocas, verdadeiras «dinâmicas criminais» que pouco aparentam ser «destruições criativas» (Joseph Schumpeter) e sim «predações destrutivas»” (Gayraud, 2011, p. 21)

9. Finalmente algumas considerações muito breves sobre a relação político-social entre os diversos sectores do capitalismo. O sector produtivo (como por exemplo o sector industrial) necessita do sector financeiro como forma de antecipar, e muitas vezes possibilitar o ciclo do capital. Aliás essa é a função primeira do capital bancário. Contudo o capital fictício, canalizando elevadíssimos recursos financeiros, pode funcionar, e muitas vezes assim aconteceu, como sorvedouro de recursos de que o sector produtivo carecia, até urgentemente. Há, simultaneamente entre ambos uma relação de amor e ódio, se assim podemos falar. Contudo o primeiro sentimento tende a su-

realizada em 1994, tendo desde então ainda se degradado mais o ambiente social: “estes grupos criminosos estão ativos tanto na Europa como na Ásia, África e América, sendo que nenhuma sociedade é poupada. Tornou-se uma força universal que envenena o clima de negócios, corrompe líderes políticos e lesa direitos humanos, enfraquecendo a eficácia e credibilidade de instituições e prejudicando a vida democrática” (Buekenhout, 2015, p. 17). Ainda no mesmo trabalho, o autor, citando Galeotti, afirma que este tipo de organizações movimentam cerca de um trilhão de dólares por ano” (12). O autor traduz há letra “trillion”, mas tendo em conta a diferença entre a numeração anglo-saxónica e a portuguesa, diríamos que representa um bilião: 1.000.000.000.000 (=1*10⁹) de dólares. Tal representa 6% do PIB dos EUA em 2013 a preços correntes, 27% do alemão, 20% do japonês, 273% da República da África do Sul e 45% do brasileiro. Se adicionarmos a aquele número a estimativa de que o montante mínimo de dólares depositados nos offshores é 21 vezes aquele montante, facilmente nos apercebemos da enormíssima importância da actividade económica encoberta, a que podemos acrescentar as enormes capacidades miméticas do capital financeiro para lidar com essas situações.

²⁶ Há uma tendência tradicional para associar os criminosos a marginais da sociedade. Para muitos de nós há emotivamente uma similitude entre os «irmãos Metralha» da nossa infância e os criminosos. Se em várias situações essa visão pode corresponder à realidade, é indubitável hoje existir uma relação estreita entre as elites económicas e políticas e esse rentável «negócio» das organizações criminais transnacionais. O ponto de encontro pode ser muito variado: empresas legais têm negócios ilegais e instituições ilegais têm negócios legais; a criminalidade organizada recorre, pela corrupção ou outra forma, às elites e estas recorrem a aquelas para atingir determinados objectivos. Por tudo isto ainda hoje é importante ler o trabalho de Sutherland (1983 [1949]) e a sua teoria da cultura diferencial (sobre a aprendizagem do comportamento desviante)..

perar o segundo, por duas razões principais: (a) A função principal do Estado é garantir a reprodução do sistema capitalista globalizado, garantindo a anuência de amplos sectores da sociedade a esse projecto²⁷; (b) A globalização tem permitido em muitos países reduzir o salário real, o que é favorável à globalidade dos capitalistas.

²⁷ Embora fosse muito interessante analisar as vias da sua prossecução dispensamo-nos de o fazer.

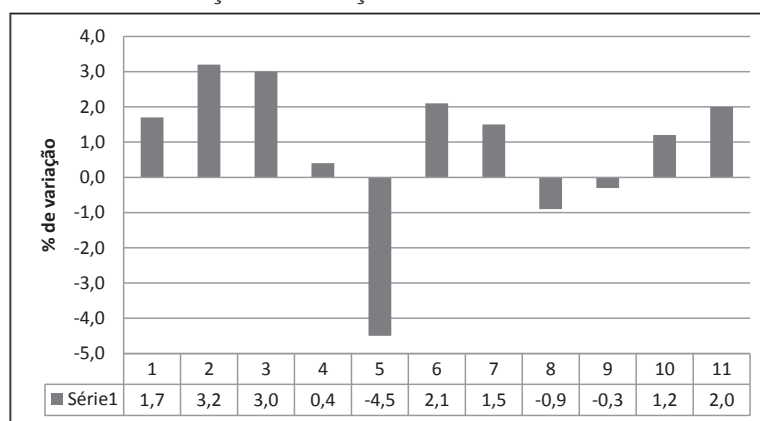
>> CRISE, RUPTURAS E CONTINUIDADES

10. É indubitável que desde o último trimestre de 2007 e 2009 a economia mundial atravessou uma fase de grande turbulência, embora diferenciada conforme a região. Basta recordarmos a experiência de muitos de nós para o assumirmos como uma realidade, mas não são despidiendas algumas constatações empíricas, recordando que já anteriormente lhe fizemos diversas referências.

Se considerarmos os dados do PIB a preços constantes do período de 2005 a 2015 (último ano para que o Banco Mundial publica informações completas) constatamos que

- Para a economia mundial como um todo houve uma diminuição do PIB em 2009 (-1,7% tomando como referência o valor do ano anterior). Não se tratou apenas de uma abrandamento do crescimento mas uma diminuição em termos absolutos).
- Se considerarmos a economia dos EUA, epicentro do fenómeno e tendo como simbólico a falência do Lehmon Brothers, a quebra é mais longa e acentuada (-0,3% em 2008 e no ano seguinte -2,8%)
- Para o conjunto dos países da OCDE, centro nevralgico do capitalismo, em 2008 o crescimento foi apenas de 0,2% e no ano seguinte regista-se uma diminuição do PIB bastante acentuada (-3,5%), seguindo-se um período de baixos níveis de crescimento e só em 2012 atingiu um valor do PIB similar ao anterior da quebra.
- A Zona Euro também atravessou uma zona de grande turbulência, como facilmente se visualiza no gráfico seguinte das variações anuais do PIB:

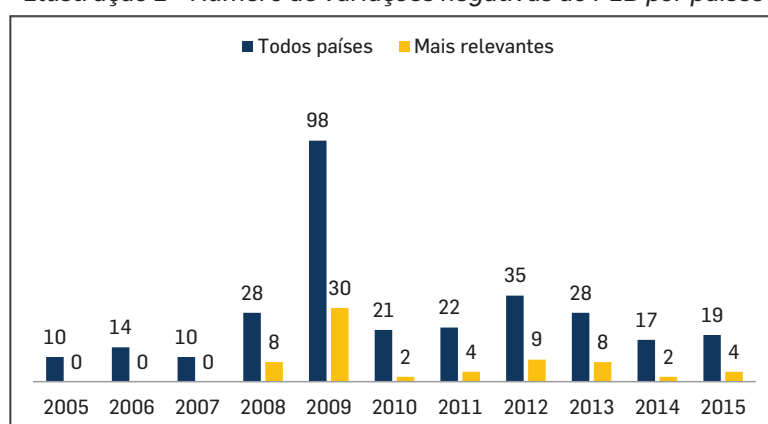
Ilustração 1 - Variações no PIB na Zona Euro



Fonte: cálculos nossos

- Se considerarmos cada um dos países com estatísticas válidas que constam da base de dados utilizada e quantificarmos quantos apresentam uma variação negativa num determinado ano temos os dados que constam no gráfico seguinte (a escuro). Se apenas considerarmos os países mais relevantes²⁸ temos os dados com barras claras.

Ilustração 2 - Número de variações negativas do PIB por países



Fonte: cálculos nossos

Destes dados podemos deduzir que em todos os anos há países com variações negativas, mas é a partir de 2008 que tal se verifica nos países mais relevantes mundialmente e que esse fenómeno mantém-se até 2015. Primeiro período de turbulência situa-se em 2008/9 e um segundo, mais ténue e restrito em 2012/13.

- Durante todo este período a China apresentou taxas de variação anual superior a 6,9% ao ano, apesar de tudo mais baixas que antes da crise 2008/9. A Índia teve igualmente um andamento sistematicamente positivo, embora com taxas de variação menores. O mesmo não se poderá dizer de outros países: por exemplo, o Brasil teve um ligeira quebra em 2009 (-0,1%) mas vem a sofrer um decréscimo de -3,8% em 2015. Cada caso é específico, embora reflectindo sempre a crise económica mundial.
- A África Subsariana, quer na sua globalidade quer excluindo os países de maior rendimento, não tem qualquer ano com variação negativa. O mesmo não se poderá dizer da República da África do Sul, que registou em 2009 uma variação negativa (-1,5%) mas recuperou rapidamente (3,0% e 3,3% nos dois anos seguintes).

²⁸ Este é um conceito ambíguo. Por razões de simplicidade considerámos os países com um PIB superior a Portugal em 2005.

11. Se poucas dúvidas existiriam sobre ter-se vivido recentemente uma crise, a que se seguiu em muitas áreas do globo uma depressão prolongada, em muitos aspectos comparável à crise de 1929/33, se é reconhecido que o primeiro país a sofrer o seu impacto foi os EUA e que é uma crise essencialmente associada à dinâmica do capital financeiro (sendo frequentemente identificada como a crise do subprime), há duas temáticas que continuam a animar os debates:

1. Qual a natureza desta crise?
2. Como se justifica que o neoliberalismo não tenha sido substituído por outras formas de viver e de organizar a sociedade e que, em vários aspectos até se tenha reforçado²⁹?

Está fora dos nossos propósitos responder à primeira questão. Contudo não poderemos deixar de referir dois aspectos.

Em primeiro lugar assumimos que estamos perante uma crise de sobre-produção. Identificá-la como uma crise financeira é subestimá-la porque os seus impactos foram sobre todos os aspectos da actividade económica e revelou-se pela destruição de todos os tipos de capital. Se há uma tendência para nas fases que antecedem as grandes crises as empresas, defrontando-se com quebras nas vendas, para tentarem uma lucratividade de curto prazo nos mercados financeiros, muito mais razões existiriam, como vimos, para também neste caso acontecer, vivendo-se num período de grande expansão dos mercados financeiros e de financiarização da economia.

Tratando-se de um fenómeno inerente ao funcionamento do sistema capitalista, parece-nos inadequado a utilização de uma terminologia frequente: trata-se de uma “bolha”. Parece-nos que esta terminologia remete o ouvinte para uma semelhança com os fenómenos biológicos, frequentemente considerados acidentais, meramente temporais, passageiros. Também aparece associado a comportamento inadequado, trazendo a imagem espontânea de poder ser evitado se se tiver juízo. Por isso em Tertúlia Edípica (sd) aparecem como sinónimos “burra”, “falha”, “maluquice”, “pancada”, “patetice” e “telha”. E para se passar a ter juízo admite-se que há uma associação espontânea ao comportamento individual, suporte do neoliberalismo.

É certo que o aparecimento de uma crise como esta não é o resultado de uma dinâmica objectiva acima do comportamento dos homens, mas isso não invalida o comentário anterior e remete-nos para o segundo: a quebra

²⁹ Poder-se-iam colocar muitas mais questões mas nas considerações anteriores já abordámos algumas delas. Por exemplo, ao traçarmos o impacto da financiarização sobre as desigualdades na distribuição do rendimento e do poder, muitas das referências remetem directamente para o que aconteceu no período de crise.

da ética, a fraude está sempre presente na economia e, em certas fases, conjunturais ou estruturais, assume uma importância maior.

Como conclui Gayraud (2011) depois de uma análise exaustiva da economia americana depois de 1980

“Nos mercados excessivamente desregulados, produz-se uma lei de Gresham de grande amplitude, de dimensão macroeconómica: o mau capitalismo caça o bom capitalismo; os maus capitalistas caçam os bons capitalistas. A curto prazo o «mau» é sempre mais lucrativo, pelo menos para os seus conceptores. No meio termo ele é sempre destrutivo do interesse geral. As fraudes podem influenciar significativamente o funcionamento dos mercados. Da desregulação à predação, por vezes criminal, vai apenas um passo. O ambiente criminógeno que conduziu (...) à crise pode resumir-se em três situações: falta de regulação, ausência de supervisão e descriminalização. Estes três aspectos estão no coração da crise” (230)

12. A gravidade social que uma grande crise apresenta, a experiência dramática que foi a de 1929/33 em todos os aspectos da vida, os grandes conhecimentos sobre o assunto aportado pelo keynesianismo e que, apesar de intensamente combatidos continuaram a perdurar, a fácil constatação de que muitas das posturas neoliberais eram bastante desajustadas para superar essa situação³⁰, enfim, o facto das grandes rupturas económicas funcionarem frequentemente para significativas alterações políticas (embora possam ser para o bem ou para o mal) levou a admitir a possibilidade da falência político-social da política económica vigente.

Nos tempos de crise algumas destas possibilidades foram acalentadas pelas declarações políticas de algumas cimeiras mundiais e nacionais. “Regular”, “controlar”, “fiscalizar” passaram a ser palavras da moda. Chegou-se a falar em “acabar” com os offshores, chamou-se nacionalização das instituições o que apenas era a nacionalização dos prejuízos. E no embalamento sentimental destas palavras pouco se alterava a organização política da sociedade e a crise fazia o seu caminho. Utilizava-se a democracia para enganar, cumprindo algumas das características daquela já referidos por Duverger (1962).

Foi durante a crise que algumas das vertentes mais atentatórias da dignidade humana do neoliberalismo se manifestou como tivemos oportunidade

³⁰ Este facto pode ser constatado numa análise económica despida de “verdades feitas” (apesar da actual geração de especialistas tenderem a conhecer o keynesianismo pela cartilha da síntese neoclássica, domesticação teórica daquele) e também pela constatação empírica da Zona Euro ter sido um dos espaços mais associados às teses neoliberais e, simultaneamente, ter conhecido uma das mais graves situações de crise e depressão.

de referir nos dados já apresentados, nomeadamente sobre as desigualdades económicas e sociais.

Pensou-se frequentemente que a crise poderia ser de ruptura, mas acabou por ser de continuidade³¹. Como se justifica? Como se justifica, usando as palavras de Crouch (in Rodrigues et al., 2017, p. 30) esta “estranha não-morte do neoliberalismo”?

Pensamos que as principais razões são apresentadas por Rodrigues et al. (2017, pp. 30-32), a que acrescentamos algo mais:

- O neoliberalismo criou ao longo dos anos um “lastro institucional” muito amplo, com particular destaque para a União Europeia. Resumindo-se a política económica a garantir o «funcionamento dos mercados», democrática ou musculadamente, “a democracia política é impotente para gerar alternativas reais”. “Uma ideologia em crise pode sobreviver e prosperar durante um tempo surpreendentemente longo se conseguir anular as alternativas consistentes”.
- “Em segundo lugar, com o lastro institucional vem³² o lastro ideológico.” O normativo camuflado no aparente positivismo das teorias da racionalidade³³, uma formação académica profundamente marcada por tal com a batuta da «eficiência», tendeu a desarmar as políticas alternativas por cedências epistemológicas e ideológicas. A utilização de palavras derivadas de «liberdade» para designar normas castradoras da liberdade das sociedades ajuda a convencer as «massas».
- A implantação e manutenção destes aspectos foram facilitadas por um estilo de vida assente no individualismo. Nas áreas sociais de maior institucionalização do neoliberalismo os cidadãos convencem-se que são inteiramente senhores do seu destino, apesar dos reveses que sofrem, a usura e o consumismo associa-se à ideia de propriedade, o curto prazo impera nas dinâmicas do quotidiano, a concorrência com o outro faz parte da sua carreira profissional³⁴.

³¹ Já o dissemos, mas há acontecimentos que, apesar de tudo ainda nos surpreendem. Em 2002 a grande empresa americana Enron foi à falência porque se descobriu que a sua “prosperidade” resultava de uma sucessão de fraudes e corrupções. Embora não sendo nova esta situação, o seu impacto fez com que a consagrada empresa que a tinha auditado (Arthur Andersen), sem revelar tal situação, fosse à falência. Ao mesmo tempo procurava-se criar um enquadramento legal que procurasse resolver o problema (Lei Sarbanes–Oxley). Nas “vésperas” da crise, e da sua falência, instituições como a Lehman Brothers eram classificadas como oporunidade de excelentes investimentos, o que revelou a vacuidade das empresas de rating e, eventualmente, os conflitos de interesse em que estavam mergulhadas. Apesar disso elas atravessaram a crise e mantêm-se como empresas. Mais, empresas às quais todos se dobram, incluindo os Estados. Todas as condições económicas e sociais vigentes permitiram tal sucesso de imagem.

³² Mais exactamente não é um que gera o outro, ambos formam um todo, com influências recíprocas.

³³ Um de nós abordará esse assunto numa outra comunicação a esta conferência.

³⁴ Sobre o assunto consultem-se os trabalhos de Hofstede – particularmente (Hofstede, 2003) –

- Provavelmente tal manutenção no poder só foi possível pelo fim do socialismo como sistema social alternativo, como importante elemento na correlação de forças internacional e em cada país³⁵.
- Enfim o neoliberalismo não é “um tigre de papel” e exige um combate ideológico, social e político intransigente e bastante fundamentado.

analizando os indicadores do “individualismo” e da “masculinidade”.

³⁵ Recorde-se que este é um elemento fortemente diferenciador entre a crise de 1929/33 e actual.

>> TÓPICOS SOBRE A ÁFRICA SUBSARIANA

13. Pensamos desnecessário referir que nesta região do globo encontramos muitos países de baixo rendimento per capita com extensas manchas de pobreza, que são economia muito dependentes do exterior, com concentração da exportação num número reduzido de bens, cujos preços internacionais são definidos por outros e frequentemente com reduzida incorporação de valor nos países de origem. Quase integralmente dependentes dos países capitalistas desenvolvidos em tecnologia e em bens essenciais à vida das populações e das empresas. São “mercados da indústria da cooperação” tendencialmente conducentes a manter a dependência daquela região em relação aos centros da economia mundial, nomeadamente do ponto de vista financeiro³⁶. O Fundo Monetário Internacional (FMI) é provavelmente o líder da imposição em África das regras do neoliberalismo, embora todas as instituições internacionais oficiais tendam a contribuir para tal, tendo a força resultante da usura aos Estados.

Moçambique, integrando o grupo dos países de baixo rendimento, reflecte, com as especificidades locais, esta mesma realidade.

14. Se nos dispensamos de apresentar dados sobre esta realidade sobejamente conhecida e cuidadosamente tratada em muitas das publicações do IESE, há alguns comentários adicionais que gostaríamos de referir, quer em relação à região, quer ao país, chamando desde já a atenção para os segundo e terceiro anexo deste trabalho.

O que nos parece aqui importante referir é que a África Subsariana contribuiu significativamente para a possibilidade da continuidade da globalização durante a crise e na fase subsequente. Vejamos alguns elementos, quiçá telegráficos e soltos, sobre esta constatação.

1. É incontestável, pelos números anteriormente referidos e por diversos estudos³⁷ que no período de crise do capitalista a África teve um desempenho francamente mais positivo. As razões invocadas para tal são muito diversas (desde as intervenções do FMI bastante anos antes, ao aumento do preço das matérias-primas, do interesse da China por África às reservas naturais aí existentes, da urbanização à importância do consumo, para além das razões específicas de cada região), mas o resultado é patente na atenção dada a essa realidade por instituições como a Golden Sach, a McKinsey e as empresas de *rating* (olhando sobretudo para o mercado obrigacionista) ou por diversos fundos de investimento. “Assim, em Março de 2011 quando

³⁶ Desenvolvemos algumas ideias sobre o assunto em Pimenta (2007)

³⁷ Veja-se, por exemplo, (Vallée, 2011)

a Carlyle, um dos fundos de investimento americanos mais conservador, decide disponibilizar 750 milhões de dólares nas sociedades situadas em África sem possibilidade de acesso às bolsas, estamos perante uma análise inédita" (Vallée, 2011, p. 75). Simultaneamente as dívidas dos Estados tornaram-se atractivas para a usura. E este interesse manifesta-se apesar do sector financeiro desta zona africana, havendo muitas características similares em Moçambique, ser débil: pouco peso do financiamento das empresas no PIB, reduzida percentagem de famílias com conta bancária e correspondente baixo acesso da população aos serviços financeiros, baixa taxa de poupança, tendência para os bancos preferirem o curto prazo (Bertho, 2014), ou ausência de bolsa de valores ou sua reduzida importância na actividade empresarial³⁸. A pobreza das populações e o desenvolvimento podem ser concomitantes e interligadas³⁹.

2. Apesar da África subsariana ser um recebedor da "ajuda para o desenvolvimento", vários dados sobre o funcionamento dos *offshores*, quase podemos dizer que há um canal visível e institucional dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos e um canal invisível e defraudador em sentido inverso, envolvendo cidadãos, instituições e Estados⁴⁰. Segundo a *Global Financial Integrity*⁴¹ a África é um credor líquido do resto do mundo entre 1980 e 2009 (com a passageira excepção de 1981/2 e 1998) oscilando entre 6,8 mil milhões de dólares por ano e 168,7 mil milhões). Foi nas vésperas da crise e nesta que atingiu os valores mais elevados: nos anos de 2004 a 2008 o valor líquido transferido de África foi de 649,8 milhões de dólares. E sobre o assunto esclarece:

"Cada dólar que sai de um país deve acabar noutro. Muitas vezes, isso significa que as saídas financeiras ilícitas de países em desenvolvimento acabam por acabar em bancos em países desenvolvidos, como Estados Unidos e Reino Unido, bem como em paraísos fiscais como a Suíça, as Ilhas Virgens Britânicas ou Singapura. A pesquisa da GFI sugere que cerca de 45% dos fluxos ilícitos acabam em centros financeiros offshore e 55% nos países desenvolvidos. Isso não ocorre por acidente. Muitos países e suas instituições facilitam activamente - e colhem enormes lucros - o roubo de enormes quantidades de dinheiro dos países em desenvolvimento. A GFI acredita que os países desenvolvidos têm uma responsabilidade junto aos países em desenvolvimento para reduzir o fluxo de dinheiro ilícito" [site consultado em 7/7/17]

³⁸ Excluindo um ou outro caso, sendo de salientar, mais que não seja pela influência sobre Moçambique, a República da África do Sul.

³⁹ Esta é uma temática muitas vezes abordada nos trabalhos do IESE.

⁴⁰ Para uma primeira abordagem ver "Os sifões do Desenvolvimento – como os paraísos fiscais arruinam os países pobres" em Shaxson (2011)

⁴¹ Ver <http://www.gfintegrity.org>

Nestes montantes também estão englobados processos de branqueamento de capitais, nomeadamente ligados à corrupção.

3. Moçambique participa deste processo regional e apresenta algumas especificidades como as que se associam às actuações criminosas transnacionais, sumariamente descritas no Anexo 3, à corrupção que lhe está associada, à crescente bancarização de uma elevada parte da população (também importante por razões de desenvolvimento) e à elevada economia registada (46% do PIB oficial em 2015) embora estacionária na última década, como se analisa no Anexo 2.

>> CONCLUSÃO

15. Oya afirma

“a África Subsaariana não escapa a estas tendências estruturais globais, como se poderia esperar de um sub-continente relativamente à margem dos circuitos do capitalismo financeiro. Os efeitos directos e indirectos da financeirização e a regulação neoliberal que impera desde os anos 80 sobre as economias e políticas públicas em países africanos são mais profundos do que podem parecer a um olhar superficial sobre as suas recentes trajetórias económicas.” (in Brito (Org.), Castel-Branco (Org.), Chichava (Org.), & Francisco (Org.), 2012, p. 389/390)

e nós estamos totalmente de acordo, subentendo-se do texto que a marginalização da financiarização é aparente.

A África subsariana faz parte integrante da globalização e a ausência de impactos significativos da crise de 2007/8 reforçou essa estreita interligação, assumindo novas formas. Moçambique insere-se integralmente nessa realidade.

>> ANEXOS

Anexo 1 - Offshores

Os *offshores* são realidades decisivas para se entender a globalização. É certo que eles são-lhe anteriores, mas não só estão associados aos prolegómenos da globalização (a monopolização da economia) como nesta fase assumem algumas funções decisivas. Por isso mesmo parece-nos útil transcrever uma pequena parte de um outro trabalho em curso.

Pergunta: *Offshore* é uma designação vulgar e corrente a um conjunto de realidades muito diversas, mas que têm um conjunto comum de elementos caracterizadores. Podes desenvolver esta ideia?

Resposta: Não há uma terminologia consolidada quer porque as palavras são signos que despertam razões e emoções e os políticos tendem a ser cuidados com as designações escolhidas, quer porque não há uma terminologia generalizadamente aceite sobre as realidades habitualmente presentes nos *offshores*, quer ainda porque para além dos serviços seus típicos há, muitas vezes, numa dada região alguns serviços complementares. Uma vez são “praça financeira internacional”, outras vezes são “zona franca”, outras vezes o que a imaginação aprouver. Mas em todas as situações têm um núcleo comum, essencial e é sobre ele que vamos discorrer.

Duas observações prévias.

Os *offshores*, apesar de se espalharem por todo o mundo e terem uma importância decisiva nas nossas vidas, assumem-se como uma situação excepcional. Daí localizarem-se num espaço geográfico limitado: podendo ser um país ou uma região, usufruindo uma de autonomia relativa. Sendo o Reino Unido um dos principais bastiões dos *offshores*, estes não são o próprio país mas a City de Londres, Jersey, Man, Bermudas, Ilhas Virgens Britânicas, as Ilhas Caimão, Gibraltar e outras que se assumem como tal. Casos há, que são países, como a Suíça ou o Luxemburgo.

Mas não é a sua espacialidade que lhes confere a condição prévia para que possa ser um *offshore*. Tal reside na sua estabilidade política e social. Sendo um espaço geográfico para onde vão convergir enormes activos de todo o mundo é fundamental que os “investidores” tenham confiança em que sua riqueza não corre qualquer risco.

Dirão alguns que estes dois aspectos (pequenas regiões dispersas e estabilidade política e social) não são totalmente independentes: um país está sujeito a assumir posições internacionais e entrar em “situações de estabi-

lidade” de que as pequenas regiões estão isentas. Contudo esta relação é uma hipótese de estudo que careceria ser mais analisada.

Em primeiro lugar são paraísos fiscais (*tax haven*), isto é, regiões onde os não residentes podem usufruir de impostos mais baixos, ou mesmo nulos. Cada *offshore* tem, neste aspecto as suas especificidades quanto aos impostos visados, quanto aos potenciais beneficiários, quanto às taxas, quanto às características das operações. Mas essa diversidade não exclui aquele traço comum.

Mesmo que essa operação seja legal, o que pode acontecer com frequência, há que garantir que não seja fácil conhecer quem investe, como investe, com que designações, etc. Mas, por força de razão, essa opacidade é mais imperiosa quando estamos perante operações que em si, ou a jusante ou a montante, contem ilegalidades. Ser um paraíso fiscal exige que esses espaços sejam também jurisdições de sigilo. Tal significa, pelo menos, “forte segredo bancário [e] forte segredo profissional” (Ducouloux-Favard, 2010, p. 25). Os matizes deste secretismo, tal como em relação às restantes características variam, formalmente e de facto, conforme o offshore.

As duas características anteriores exigem grande rapidez de procedimentos. No limite existem alguns *offshores* que se especializaram em dispersar a riqueza por outras regiões do mundo quando há a mínima investigação policial sobre o seu proprietário. Tem que se poder constituir empresas rapidamente, sem fiscalizações e regulações. Mesmo que o seu suporte físico não passe de uma morada sem condições operacionais ou de uma simples caixa de correio. A quase totalidade das empresas constituídas não produz nada, não necessita de espaço físico. Exigem também a presença local de instituições conhecedoras das possíveis especificidades dos diversos offshores e da articulação entre eles e deles com os diversos países, que domine integralmente o *modus operandi* naquele offshore, que permita articular a gestão local com a gestão mundial. Bancos, consultores financeiros, sociedades de advogados, solicitadores e gestores de fortuna abundam, com dimensão local ou multinacional. É importante a existência de um grande centro financeiro.

Em tudo o que dissemos está implícito que há “liberdade de movimento de capitais e sua rapidez” (Ducouloux-Favard, 2010, p. 25). Hoje, quase poderíamos dispensar esta referência porque essa circulação do capital sem restrições está presente em quase todas as situações, faz parte da forma assumida pelo capitalismo contemporâneo. Contudo nem sempre foi assim, mas sempre existiu nos *offshores*.

Escusado será dizer que também quanto a estas características dos *off-shores* há várias diferenças entre eles. As especificidades de cada offshore ou, por outras palavras,

“Devido a esta multiplicidade de usos torna-se difícil perceber quando estamos perante um offshore. De acordo com o FMI (2000), um centro financeiro offshore pode ser definido como «Jurisdições que têm um número relativamente elevado de instituições financeiras orientadas predominantemente para negócios com não-residentes» ou então como «Sistemas financeiros com activos e passivos externos além de proporção típica da intermediação financeira doméstica visando financiar a economia doméstica». Estas definições conduzem-nos a uma lista de territórios que são mundialmente considerados como centros financeiros offshore.” (Ferreira & Pereira, 2017, p. 3)

Assim, por exemplo, a Suíça é essencialmente atractiva pelo sigilo bancário, não tendo significativas vantagens comparativas em relação às taxas fiscais. Contudo esta diferença não impede que seja considerada por muitos como um offshore. Por exemplo, apenas algumas jurisdições permitem a «bandeira de conveniência», isto é, o registo de barcos que são de outros países. Por exemplo, o Principado do Liechtenstein, com a mesma moeda da Suíça, é em grande medida um prolongamento das operações da banca deste país, mas com a grande vantagem do Liechtenstein Landesbank (em que o príncipe é sócio maioritário) poder funcionar como veículo de cooperação entre vários paraísos fiscais.

Por outras palavras, perante a diversidade de situações, o que lhe permite designar como offshore é a sua função na rede mundial de offshores, paraísos fiscais, jurisdições de sigilo, paraísos fiscais e judiciais. Mesmo admitindo alguma concorrência entre eles, estes funcionam em rede e a importância de cada um depende da sua relevância nessa rede:

“Em 1986, quando comecei a trabalhar no sector financeiro offshore em Jersey, recebi as seguintes instruções:

“John, quando criar uma estrutura para um cliente, não comece com uma conta bancária na Suíça; esse é o último passo. Primeiro, cria-se um fundo offshore ao abrigo da legislação de Jersey ou noutro lugar qualquer. Ninguém saberá da sua existência a não ser o fundador, os administradores, e os beneficiários que recebem pagamentos daquele. Esse fundo será proprietário de uma empresa offshore registada nas Ilhas Virgens Britânicas, que por sua vez será proprietária de outra empresa offshore noutro local como o Luxemburgo. É a empresa no Luxemburgo que irá abrir e controlar a conta bancária na Suíça.” Esta é a realidade de como as estruturas off-

shore são criadas e, em muitos casos, os advogados e contabilistas que criaram essas estruturas encarregar-se-ão de as realizar cobrindo mais de cinco jurisdições, de modo a tornar a identificação dos verdadeiros proprietários por parte de agências de investigação o mais difícil possível. (John Christensen in Pimenta (Org.), Maia (Org.), Teixeira (Org.), & Moreira (Org.), 2014, p. 67/68)

Para terminar esta descrição diria

“A globalização dos paraísos fiscais é um império mais vasto do que a Roma antiga. É um sistema ultrajante que santifica a corrupção e explora os mais pobres de entre os pobres. Muitos empresários, banqueiros e governantes são arrastados para este vício escravizante do dinheiro fácil. (...) Numa carta enviada aos accionistas, Warren Buffett, considerado o terceiro homem mais rico do mundo, (...) escreve: «quando chove ouro procuramos um balde e não um dedal»” (Martins, 2010, p. 144/145)

>> Anexo 2 - ENR e seu cálculo para Moçambique

Considerações gerais sobre o conceito ENR

Ainda hoje não há uma terminologia uniformemente considerada sobre o valor acrescentado das actividades que não constam da contabilidade nacional nem sobre os métodos do seu cálculo, apesar do importante estudo publicado pela OCDE (2002), e dos muitos trabalhos sobre o assunto.

Contudo, convém começar por considerar que actividades estão englobadas na ENR e quais os critérios de classificação mais adoptados:

- A Economia Subterrânea (oculta ou subdeclarada) comporta as transacções económicas legais que não são, ou são apenas parcialmente, declaradas para evitar pagamento de impostos e contribuições, cumprimento de normas legais relativas ao trabalho, como, por exemplo, salários mínimos, limite de horas de trabalho, regras de segurança e saúde no trabalho, mas também o cumprimento de procedimentos administrativos, como, por exemplo, questionários estatísticos e registos administrativos.
- A Economia Ilegal inclui as transacções económicas cuja venda, distribuição ou posse é proibida por lei, bem como actividades produtivas que são geralmente legais mas que se tornam ilegais quando produzidas por agentes não autorizados. Trata-se no fundo de considerar como Ilegal o que seja contrário ou não respeite a lei⁴².
- A definição de Economia Informal é mais imprecisa. Genericamente, é constituída produção, e comercialização, de bens e serviços legais levada a cabo por pequenas unidades sem um processo organizativo definido ou clara divisão entre os factores de produção, nomeadamente o trabalho e o capital. O centro nevrálgico deste tipo de actividades passa pela obtenção de emprego e rendimentos suficientes para os envolvidos, pelo que a fuga a qualquer legislação laboral, impostos ou outras contribuições não constitui o seu principal objectivo.
- Por sua vez, o termo Autoconsumo designa a satisfação das necessidades de um dado indivíduo através do consumo de bens ou serviços produzidos pelo próprio⁴³.

Daqui se pode concluir de imediato que dois países com o mesmo peso da ENR no PIB oficial, podem ter realidades muito diferentes no que con-

⁴² Para uma maior concretização desta vertente da economia não registada, eventualmente a mais difícil de reflectir nas estimativas, ver o Anexo 3.

⁴³ Utilizámos nesta elucidação extractos de (Afonso in Maia (Org.), Sousa (Org.), & Pimenta (Org.), 2017, pp. 168-186).

cerne ao peso relativo destas actividades. Também é de admitir que os modelos a utilizar e as variáveis a considerar na estimação convenha serem diferentes conforme a realidade social do país, apesar da grande limitação que resulta de se utilizarem dados estatísticos existentes e, certamente, da economia registada.

No cálculo da ENR em Moçambique parece-nos útil utilizar os dois modelos mais comuns à escala mundial e diferenciar os seus resultados para diferentes variáveis, permitindo dessa forma (1) dar uma aproximação da importância da ENR em Moçambique e, sobretudo, (2) servir de ponto de partida para uma reflexão crítica sobre este conceitos e os modelos de estimativa, de forma a se aprimorar um trabalho regular sobre essa realidade.

Modelo monetário

O Modelo Monetário assume que grande parte das transacções que ocorrem na ENR têm como contrapartida um pagamento em moeda, porque é mais fácil ocultar essa operação das autoridades se for realizado dessa forma, uma vez que não há qualquer registo da sua ocorrência (Gutmann, 1977) (Ahumada et al., 2008, 2009).

Este baseia-se na Teoria Quantitativa da Moeda, através da equação de Fisher, em que $Mv=PT$, ou seja, o valor nominal das transações económicas que ocorrem na economia em dado momento é igual ao montante de moeda em circulação vezes a velocidade a que circula. Existe uma relação constante entre a moeda associada às transacções e o produto total, pois $PT=kY_T$. Tendo em conta que uma parte do produto não é observada, então $Y_T=Y_{oficial}+Y_{ENR}$. Por isso, $Mv=k(Y_{oficial}+Y_{ENR})$.

$$BM=f(Yd, TxRend, TxBS, tcor, dcor, \pi)$$

A Base Monetária por residente (BM) na economia depende do rendimento real disponível (Yd), da Taxa sobre o Rendimento (dir) e Bens e Serviços (ind), das Transferências Correntes realizadas pelo Governo ($tcor$), da Despesa Corrente do Estado ($dcor$) e da inflação (Π).

O *Error Correction Model* (ECM) permite corrigir desequilíbrios de curto prazo, ao ser aplicado, o modelo passa a ser o seguinte:

$$(1.1) \quad \Delta \ln BM_{Tt} = \beta_0 + \beta_1 \ln Yd_t + \beta_2 \ln TxRend_t + \beta_3 \ln TxBS_t + \beta_4 \ln tcor_t \\ + \beta_5 \ln dcor_t + \beta_6 \ln \pi_t + \beta_7 \ln Yd_{t-1} + \beta_8 \ln TxRend_{t-1} \\ + \beta_9 \ln TxBS_{t-1} + \beta_{10} \ln tcor_{t-1} + \beta_{11} \ln dcor_{t-1} + \beta_{12} \ln \pi_{t-1} \\ + \beta_{13} \ln BM_{T,t-1} + \varepsilon_t$$

em que

$$(1.2) \quad \Delta \ln BM_{Tt} = \ln BM_{Tt} - \ln BM_{T,t-1}$$

$$(1.3) \quad BM = BM_T = BM_R + BM_H$$

A quantidade total de base monetária na economia inclui a moeda em circulação utilizada em transacções oficiais (BM_R) e a utilizada na ENR (BM_H) (Ahumada et al, 2007).

$$(1.4) \quad Y_{Tt} = Y_{RT} + Y_{HT} = Y_t + Y_{Ht}$$

Assim, nem todo o Produto Observado (Y) está incluído na economia oficial, ou seja, no Produto Observado estão incluídos o Produto Registado (Y_R) e o Produto decorrente de actividades na ENR (Y_H).

A ENR de acordo com Ahumada et al. (2007) é identificada pela diferença entre a moeda utilizada em transacções oficiais e a utilizada na ENR. Se estimarmos cada uma delas, o resultado é o seguinte:

$$(1.5) \quad \widehat{BM}_{Tt} = \exp \left[\begin{aligned} &\check{\beta}_0 + \check{\beta}_1 \Delta \ln Y_{dt} + \check{\beta}_2 \Delta \ln TxRend_t + \check{\beta}_3 \Delta \ln TxBS_t + \check{\beta}_4 \Delta \ln tcor_t \\ &+ \check{\beta}_5 \Delta \ln dcor_t + \check{\beta}_6 \Delta \ln \pi_t + \check{\beta}_7 \ln Y_{dt-1} + \check{\beta}_8 \ln TxRend_{t-1} \\ &+ \check{\beta}_9 \ln TxBS_{t-1} + \check{\beta}_{10} \ln tcor_{t-1} + \check{\beta}_{11} \ln dcor_{t-1} + \check{\beta}_{12} \ln \pi_{t-1} \\ &+ (1 + \check{\beta}_{13}) \Delta \ln BM_{T,t-1} \end{aligned} \right]$$

$$(1.6) \quad \widehat{BM}_{Rt} = \exp \left[\check{\beta}_0 + \check{\beta}_1 \Delta \ln Y_{dt} + \check{\beta}_2 \Delta \ln \pi_t + \check{\beta}_4 \ln Y_{dt-1} \right]$$

Desta forma, os depósitos utilizados na ENR:

$$(1.7) \quad \widehat{BM}_{Ht} = \widehat{BM}_{Tt} - \widehat{BM}_{Rt}$$

Contudo, a velocidade de circulação associada às duas actividades não é a mesma assim:

$$(1.8) \quad \check{v}_{Rt} = \frac{Y_{RT}}{\widehat{BM}_{Rt}} = \frac{\check{Y}_{HT}}{\widehat{BM}_{Ht}}$$

$$(1.9) \quad \check{Y}_{HT} = \check{v}_{Rt} \times \widehat{BM}_{Ht}$$

$$(1.10) \quad \widehat{ENR} = \frac{\check{Y}_H}{Y_t} \times 100$$

Modelo MIMIC

O modelo MIMIC apresenta duas equações. A primeira é uma equação estrutural em que relaciona a ENR e as causas da sua existência,

$$(2.1) \quad S_t = \beta_1 C_{1t} + \beta_2 C_{2t} + \dots + \beta_n C_{nt} + \mu_t$$

em que C são as variáveis causais e μ é um erro de perturbação. A segunda é uma equação de medida, $I_{mt} = \lambda_{mt} S_{mt} + \varepsilon_m$, onde confronta as variáveis não observadas e as observadas, sendo ε_m uma perturbação aleatória. Ambas as perturbações cumprem as condições de normalidade.

A representação do modelo na forma matricial é a seguinte:

$$S = \beta' C + \mu$$

$$I = \lambda S + \varepsilon$$

em que,

- $C = (C_1, C_2, \dots, C_m)$ é a matriz das causas observadas da ENR
- $\beta = (\beta_1, \beta_2, \dots, \beta_m)$ é a matriz dos coeficientes da equação estrutural
- $I = (I_1, I_2, \dots, I_n)$ é a matriz dos indicadores observáveis endógenos
- $\lambda = (\lambda_1, \lambda_2, \dots, \lambda_n)$ é a matriz dos coeficientes da equação de medição
- $\varepsilon = (\varepsilon_1, \varepsilon_2, \dots, \varepsilon_n)$ é a matriz de perturbações aleatórias da equação de medição
- $\theta = (\theta_1, \theta_2, \dots, \theta_n)$ é a matriz do desvio-padrão dos ε .

Tanto μ como ε são independentes e seguem uma distribuição normal, com média igual a zero. Se $E(\mu\varepsilon') = 0$, $E(\mu^2) = \sigma^2$ e $E(\varepsilon\varepsilon') = \theta^2$ ⁴⁴, então o modelo na forma reduzida é: $I = \lambda(\beta' C + \mu) + \varepsilon = \Pi' C + v$, em que a matriz dos coeficientes é $\Pi = \lambda\beta'$ e o vetor das perturbações é $v = \lambda\mu + \varepsilon$ ⁴⁵.

Assim, no primeiro passo da estimação, o modelo relaciona a variável latente com as variáveis causa e de seguida relaciona a estimação obtida anteriormente para a variável latente com as variáveis indicador (Afonso et al., 2013).

⁴⁴ Θ é uma matriz diagonal $m \times m$ com θ vetores de desvio-padrão dos erros de medição ε na diagonal.

⁴⁵ Note-se que $E(\varepsilon) = 0$, $var(\varepsilon_i) = \sigma^2$, $E(\varepsilon_i \varepsilon_j) = 0$, $i \neq j \forall i, j = 1, 2, \dots, n$ e $E(\mu) = 0$, $var(\mu_i) = \mu^2$, $E(\mu_i \mu_j) = 0$, $i \neq j \forall i, j = 1, 2, \dots, n$

Desta forma, tendo em conta a formulação do modelo apresentada e as variáveis que serão utilizadas, então, a equação estrutural será:

$$(2.2) \quad ENR_t = \beta_1 TxRend_t + \beta_2 TxBS_t + \beta_3 Net_tx_t + \beta_4 dcor_t + \beta_5 tcor_t + \beta_6 txdes_t + \mu_t$$

As equações de medida utilizadas foram as seguintes:

$$(2.3) \quad BM_t = \lambda_1 ENR_t + \varepsilon_1$$

$$(2.4) \quad txact_t = \lambda_2 ENR_t + \varepsilon_2$$

$$(2.5) \quad PIBres_t = 1 \times ENR_t + \varepsilon_3$$

Depois de estimados os modelos descritos na tabela acima, procedeu-se à calibração para o cálculo da ENR em percentagem do PIB. Para isso foi utilizado o método de Alañón e Gómez-Antonio (2005), em que este processo é feito com base nas estimativas da variável exógena. A equação (3.2.6) permite dispor o índice de acordo com a sua taxa de crescimento, fazendo com que se obtenha a taxa de crescimento da ENR em percentagem do PIB.

$$(2.6) \quad \frac{\check{\eta}_t}{\eta_E} = \frac{\check{S}_t}{\check{S}_E}$$

$$(2.7) \quad \check{\eta}_t = \eta_E \times \frac{\check{S}_t}{\check{S}_E}, t=1, \dots, 10$$

Para proceder ao cálculo através da equação (2.7) é necessário valores para um dado ano base. Assim, como não há nenhuma aplicação que conheçamos para Moçambique, foi utilizada a estimativa média obtida através da estimação pelo Método Monetário para o período 2006-2007.

Portanto, para o período em análise:

$$(2.8) \quad \check{\eta}_t = \eta_2 \times \frac{\check{S}_t}{\check{S}_2}, t=1, \dots, 10$$

em que,

- η_2 – estimativa exógena da taxa de crescimento para o período 2007-2006

- $\check{S}_2$ – valor do índice obtido através da equação (3.2.2) para o ano de referência
- $\check{S}_t$ – valor estimado através da equação (3.2.2) para o período $t=1, \dots, 10$.

Indicação dos modelos MIMIC estimados:

Tabela 1 - Modelos e Variáveis do modelo MIMIC

Variáveis	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
Causas				
TxRend	X	X	X	X
TxBs	X	X		
Net_Tx	X		X	X
dcor	X	X	X	X
tcor	X	X	X	X
txdes	X	X	X	
Indicadores				
PIBres	X	X	X	X
txact	X	X	X	X
BM	X	X		

Ilustração 3 - Representação esquemática do modelo MIMIC 6-1-3

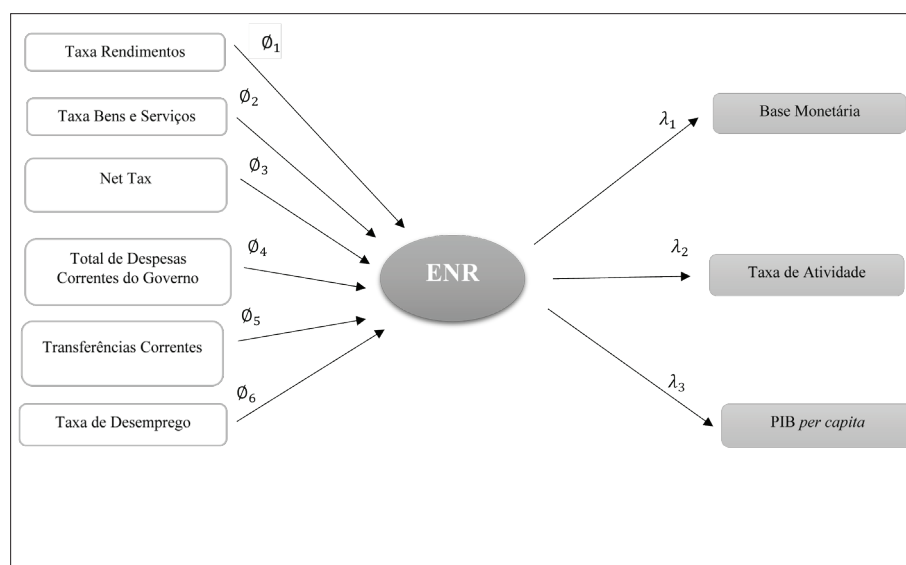


Tabela 2 – Variáveis e especificações do modelo

Variáveis	Especificação 1		Especificação 2		Especificação 3		Especificação 4		Especificação 5
	MM	MIMIC	MM	MIMIC	MM	MIMIC	MM	MIMIC	MM
TC	0,07 (-0,04)						-0,08 (-3,02)		0,78 (11,13) ***
Yd	1,00 (4,22)		1,00 (6,37) **		1,19 (2,82) **		-1,97 (-41,96) **		-0,49 (-12,66) ***
TxBs	-0,29 (-5,13)	-0,74 (-22,01) ***	-0,28 (-7,13) **	0,12 (3,40) ***	-0,40 (-5,03) *				
TxRend	-0,03 (-0,80)	1,00 (22,26) ***	-0,03 (-1,21)	2,54 (23,77) ***		-0,21 (-4,52) ***	0,44 (28,99) **	-0,13 (-2,87) **	0,18 (9,34) ***
Inf	-0,12 (-12,71) **		-0,12 (-18,70) *		-0,14 (-10,78) *		-0,09 (-257,15) *		-0,10 (-89,14) *
Tcor		-1,49 (-22,44) ***		-1,15 (-20,20) ***		0,06 (1,38)	-0,84 (-39,59) **	-0,31 (-6,42) ***	
Dcor		1,42 (22,43) ***		-0,73 (-16,41) ***		0,41 (7,09) ***		0,70 (10,83) ***	-0,48 (-18,10) **
Net Tax		0,50 (21,40) ***				0,69 (8,74) ***		0,73 (11,09) ***	
Net Tax (-1)	0,17 (1,08)		0,16 (4,06) *				0,25 (30,86) **		0,06 (2,59)
Inf (-1)	-0,27 (-12,27) **		-0,27 (-17,80) *		-0,30 (-8,98) *		-0,19 (-165,28) *		-0,23 (-85,30) *
BM (-1)	-0,06 (-1,00)		-0,05 (-2,13)		0,04 (6,21) *		-0,11 (-33,03) **		-0,06 (-6,98) ***
TxRend (-1)					-0,03 (-2,49) ***				
TxDes		-0,23 (-18,05) ***		-0,18 (-5,24) ***		-0,06 (-1,34)			
BM		0,83 (23,12) ***		0,88 (28,40) ***					
TxAct		-0,57 (-5,91) ***		-0,67 (-8,67) ***		-0,48 (-1,56)		-0,50 (-2,10)	
PIBpc		1		1		1		1	

Notas: (1) Estatística t em parênteses, (2) Significância estatística: * prob <0,01, ** prob <0,05, *** prob <0,1, (3) Estimativas do método monetário calculadas através do OLS com o software Eviews 9 na presença de heteroscedasticidade e/ou autocorrelação (HAC). (4) Estimativas MIMIC calculadas através do software SPSS e Amos.

com os seguintes valores dos testes:

Tabela 3 - Valores dos testes

Testes	Especificação 1		Especificação 2		Especificação 3		Especificação 4		Especificação 5	
	MM	MIMIC	MM	MIMIC	MM	MIMIC	MM	MIMIC	MM	MIMIC
R2	0,99		0,99		0,92		1,00		1,00	
LM Statistic					0,20					
Arch	0,96		0,92		0,86		0,45		0,50	
χ^2		210,18		158,44		118,27		112,78		
df		27		20		14		9		
RMSEA		0,87		0,88		0,91		1,13		
CFI		0,32		0,32		0,25		0,25		
NFI		0,31		0,31		0,26		0,27		
PCFI		0,24		0,23		0,17		0,15		

Em síntese

*Tabela 4 - Resultados da utilização dos diversos Modelos Matemáticos e
MIMIC*

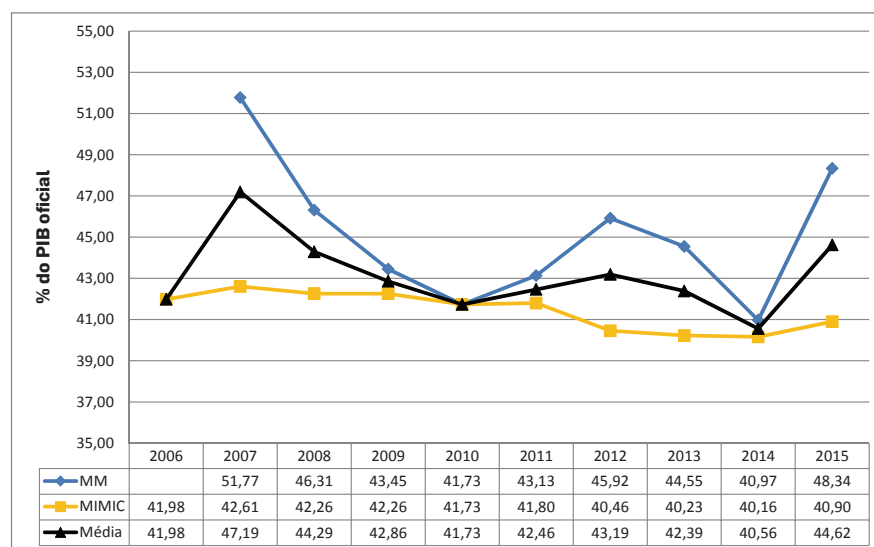
Ano	MM 1	MM 2	MM 3	MM 4	MM 5	Média MM
2006	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2007	71,09%	70,84%	28,09%	83,42%	37,06%	51,77%
2008	68,01%	67,70%	19,80%	81,50%	29,73%	46,31%
2009	66,38%	66,04%	12,69%	81,75%	28,69%	43,45%
2010	65,40%	65,04%	9,05%	82,09%	27,42%	41,73%
2011	66,38%	66,05%	12,21%	82,02%	27,87%	43,13%
2012	68,09%	67,77%	15,97%	83,16%	31,84%	45,92%
2013	67,48%	67,15%	11,63%	83,34%	31,92%	44,55%
2014	66,30%	65,94%	2,33%	83,07%	29,32%	40,97%
2015	71,13%	70,87%	18,87%	82,13%	32,48%	48,34%

Nota: A média para o Método Monetário foi calculada sem o MM4.

Ano	MIMIC 1	MIMIC 2	MIMIC 3	MIMIC 4	Média MIMIC	Média
2006	40,11%	43,99%	41,07%	40,89%	41,98%	41,98%
2007	38,06%	47,35%	40,30%	40,19%	42,61%	47,19%
2008	39,98%	45,47%	40,76%	40,55%	42,26%	44,29%
2009	40,28%	44,43%	41,27%	41,08%	42,26%	42,86%
2010	41,73%	41,73%	41,73%	41,73%	41,73%	41,73%
2011	44,42%	39,07%	43,18%	43,14%	41,80%	42,46%
2012	47,65%	34,52%	43,41%	43,45%	40,46%	43,19%
2013	50,07%	31,02%	44,88%	44,78%	40,23%	42,39%
2014	50,03%	28,94%	45,85%	45,69%	40,16%	40,56%
2015	48,16%	31,29%	45,99%	45,43%	40,90%	44,62%

Nota: A média do MIMIC foi calculada sem o MIMIC 1.

donde resulta o seguinte gráfico:

Ilustração 4 - ENR para Moçambique*Alguns comentários adicionais*

Estes dados são similares aos apresentados por (El & Oztunali, s.d.; Pa-colet & Vanormelingen, 2015; Schneider, 2012), embora tenham diversas vantagens a saber: (a) tem uma pormenorização das técnicas e das variáveis, o que mostra a diversidade das estimativas e exige um esforço de confronto dos modelos com a realidade; (b) não é levado pelo “entusiasmo dos números”, comparando dados de antes e depois da descolonização e independência; (c) tem apenas em conta a realidade do país, numa análise diacrónica. No entanto esta proximidade também acarreta algumas preocupações. Os cálculos realizados naquele trabalho são para a “economia sombra”, que tem essencialmente em consideração a economia subterrânea e a economia informal, dada a dificuldade da economia ilegal se reflectir no modelo MIMIC pelas variáveis disponíveis.

A este propósito recorde-se que são frequentemente atribuídas grandes falhas na fiscalidade (OCDE, internationale, & (FIIAPP), 2015), sendo muito intensa a burocracia em torno do início de actividade económica, o que pode empurrar para a economia subterrânea, para a economia informal ou para actos de corrupção. Sintetizando estes e outros aspectos da fiscalidade Fernanda Massarongo e Carlos Muianga (in Brito (Org.), Castel-Branco (Org.), Chichava (Org.), & Francisco (Org.), 2011, p. 161) afirmam:

“Decorridos 35 anos de independência e quase duas décadas e meia após a implementação dos programas de estabilização e ajustamento estru-

tural em Moçambique, conduzidos pelo Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), o Estado moçambicano tem vindo a registar défices orçamentais contínuos. A eficácia do crescimento económico no alargamento da base fiscal (capacidade do crescimento gerar receitas adicionais) tem sido bastante fraca, pelo que as receitas fiscais e os donativos (principais fontes de financiamento da despesa pública) não são suficientes para cobrir as necessidades de financiamento do Orçamento do Estado (OE), levando à necessidade permanente de recorrer a formas alternativas de mobilização de recursos."

Contudo, se tivermos em conta o peso do trabalho informal poderemos ser levados a considerar os valores apresentados escassos. Segundo Loayza (2016) no Moçambique de 2010 o trabalho formal (número total de trabalhadores empregues em firmas formalmente existentes e abrangidos pela legislação laboral) representaria 13% do total; o trabalho informal rudimentar (total de trabalhadores na economia rudimentar, utilizando tecnologias de produção primárias com pouco capital e baixa produtividade) representaria 67% e, finalmente o trabalho informal moderno 20%.

>> Anexo 3 – Tópicos sobre a economia ilegal em Moçambique

Introdução

Uma espécie de periferia do mundo ocidental, uma zona varrida para debaixo do tapete, todo o continente africano é visto como desajustado à luz das novas concepções modernas e, não raras vezes, como um terreno de processos frutíferos para o equilíbrio empresarial e criminal.

Por consequência, nos soslaios dessas manobras político-económicas, convergindo com determinadas características inerentes ao local, emergem nações com vias de progresso arrancadas e, com isso, cingem-se a aproveitar as articulações deterioradas para a sua sobrevivência.

Moçambique não foge à regra dos conflitos sem fim e aos enviesamentos na ordem pública da maioria dos países africanos. No que concerne ao domínio criminal, empilha-se na comunidade moçambicana uma grande insatisfação face às instituições jurídico-policiais (as deficiências dos estabelecimentos prisionais, as incongruências da procuradoria, a legislação estrábica aplicada pelos tribunais, entre outros) que enraízam um desacreditar colectivo nos meandros e nas capacidades dos poderes que regem o Estado e, com isso, fundamentam um forte sentimento de insegurança.

De onde descende tal situação? Ora, muitas coisas podem ter estado no background do estado actual moçambicano, mas, historicamente abordando, a guerra foi uma constante até haver alguma ordem social com o Acordo Geral de Paz em 1992 (Roma). Até lá houve uma década de luta armada pela libertação nacional, entre 76 e 89 despoletou-se a guerra de desestabilização dos regimes fascistas da ex-colónia da Rodésia do Sul e o Apartheid da África do Sul, praticamente no mesmo tempo do confronto fratricida que opôs a RENAMO ao governo liderado pela FRELIMO, podendo ser visto como um reflexo do contexto mundial de guerra-fria que se atravessava.

Até ao momento que FRELIMO fora um partido único, as organizações sob a alçada e controlo deste regime cobriam uma panóplia de posições (seja de locais, géneros ou idade). Claro que, com o multipartidarismo, estas organizações foram desfazendo a sua importância a nível social, conservando apenas a sua submissão ao regime instituído, limitador da sua força representativa.

Por outro lado, a escalada gradativa da RENAMO em partido político, não munida por organizações influenciadoras que procurassem uma forma de

contrapoder ou conduzir insatisfações comunitárias, deixou à mercê, para os posteriores movimentos, essa missão.

Estas, por sua vez, cingem-se na sua maioria a um domínio sectorial e parco, congruentes com os modos de actuação e financiamento internacional de outras tantas ONG's e que possuem vínculos e dependências com organismos ou representantes de poder.

No fundo, esta distante tríade político-social, trouxe nos bolsos um conjunto de factores que veio influenciar os conflitos e a cultura do crime e da violência aos tempos actuais. Isto é, a intransigência da FRELIMO com as suas medidas reformistas pouco populares e a própria guerra foram condições mais do que favoráveis para que a RENAMO, como ferramenta de investida externa (daqueles que se opunham às tendências de autodeterminação e comunismo), se transformassem na mais forte expressão de oposição interna.

Nesta troca de galhardetes sangrentos, o descaramento da comunidade moçambicana e a inércia das instituições do poder público, juntamente com a procura de uma identidade nacional, emergiram rápidas mudanças sócio-político-económicas que mutaram o país como ele hoje é.

Por mais que se tente uma favorável manutenção da ordem e da tranquilidade pública, a estagnação do sistema judicial integra um dos fundamentais eixos de propagação da criminalidade em Moçambique.

Nada melhor para a germinação das organizações criminosas do que um país em conflito sociopolítico. O limbo dos confrontos ou das recorrentes manobras de desestabilização governamental, são o palco ideal para a criminalidade dar azo à criatividade ilícita e ao seu enraizamento espinhoso por entre os vários sectores que integram um estado.

Sublinha-se que esta investigação não procurará descobrir nada mais do que aquilo que fora exposto e canalizado pelos diversos meios de comunicação e estudos. No fundo, o objectivo será trazer para a luz o panorama criminal com que Moçambique interage, uma reunião de tipicidades e manobras criminais que servem interesses que não em prol do bem comum da sociedade. Esta colectânea poderá servir como base explicativa ou descritiva da actuação da criminalidade organizada na região.

Posto isto, de seguida, enveredar-se-á pelas sombras dos meandros criminais que os sectores e a própria posição geopolítica de Moçambique oferece para as novas tendências das organizações (inter)nacionais.

Entre as lacunas, a globalização e legislação

A rapidez com que os desenvolvimentos e as respectivas adaptações aos vários contextos comunitários surgiram, dificultou a previsão da complexidade das condutas que infringem e minam o palco jurídico-policial.

A máquina criminal acompanha as inovações e transformações relativas aos modelos organizativos e estruturas políticas que regem a ordem internacional. Sempre que a estabilidade de uma nação é dinâmica, é normal novos paradigmas e, com isso, uma certa instabilidade evolutiva na contextura social base que inclui exteriorizações de génese criminal multifacetada.

Assim acontece com a globalização. Se o país não estiver preparado, dar-se-á uma internacionalização de práticas criminosas e o esticar da rede dessas organizações. Se por um lado as telecomunicações, os transportes, o comércio livre e o mercado financeiro desenvolvem-se, por outro, a criminalidade organizada acompanha e tira partido dessas interações transnacionais.

Não haverá necessidade de abordar, comparativamente, máfias, narcocartéis ou outras organizações criminosas de outras regiões do mundo, visto que, Moçambique possui uma distinta localização geográfica com uma vasta experiência de corredor para mercadorias e serviços e, por isso, não ser de todo estranho, a prevalência criminal desdobrar-se em tipos de crime como o tráfico de seres humanos, de veículos roubados, de armas, de drogas e medicamentos falsificados, de branqueamento de capitais e, ainda, da extração ilícita de recursos.

A prosperidade destes enredos criminais está subordinada à corrupção, seja através do aliciamento de indivíduos integrantes no sistema público ou do suborno e coerção de intermediários, assim como na subversão do círculo jurídico-criminal e, como não podia deixar de ser, o recurso à violência.

O que é para sublinhar, são as estatísticas (ou falta delas) desconfortantes e, como já mencionado, a fraca actuação judicial e controlo. Além disso, é um país de passagem-destino, muito em virtude das oportunidades com que brinda, melhor dizendo, fragilidades passíveis de serem utilizadas como fio condutor de boas interações criminais.

A legislação do crime organizado

Apesar de algumas modificações que deambularam entre o período colonial e a independência do país e as revisões constitucionais de 1990 e 2004, o anterior Código Penal de Moçambique (1886) manteve-se envolvido numa

legislação ultrapassada e redutora à luz das novas tendências jurídico-criminais até à última revogação (2014).

Com esta legislação renovada, já se verifica uma preocupação relativa na prevenção e minimização da criminalidade organizada. Porém, já com um quadro legal mais fundamentado em redor do combate ao terrorismo, ao tráfico de droga e ao branqueamento de capitais, descuro, em certa parte, no que toca à investigação e a medidas frutíferas ao calibre complexo que este tipo de crime acarreta.

Ausente de uma especificidade tipificada, pode-se observar algumas tentativas de precaver esta problemática, a exemplo:

“(…) a todos os que tiverem sido condenados por crimes de associação para delinquir ou por crime cometido por associação para delinquir, quadrilha ou bando organizado.” (art. 82, nº1, b.);

“É proibida a aplicação das medidas e das penas alternativas sempre que o agente tiver praticado algum dos seguintes crimes: (...) terrorismo ou outro tipo de criminalidade organizada ou associação criminosa.” (art. 103, nº1, e));

“Conspiração é a concertação entre dois ou mais indivíduos para a prática de crime contra a segurança do Estado.” (art. 364, nº1);

“A conspiração será punida, sempre que pena mais grave não couber: (...) se a conspiração tomar a forma de associação ilícita ou organização secreta destinada ao incitamento ou execução de qualquer dos crimes previstos no presente Código.” ((art. 364, nº2, b)).

Dever-se-ia, posteriormente, contemplar as particularidades e as sofisticações inerentes à criminalidade organizada, assim como as suas multifacetadas manifestações e a respectiva definição legal. Além disso, os procedimentos com epicentro na prevenção deste crime e a articulação processual necessitam de mais relevo no panorama legislativo.

As medidas que podem frear um pouco as organizações criminosas estão dispersas pelos artigos e, sabendo que não se resolve tudo apenas com leis, é fulcral a competência e imparcialidade dos intervenientes nos procedimentos intrínsecos ao combate ao crime organizado, no seu extenso aprimoramento e integridade.

Aliás, um dos erros crassos na luta legislativa contra a criminalidade organizada, que muitas nações cometem, é afiançar-se na possibilidade de minimizar ou travar o problema sem investigações e estudos exaustivos que possam identificar e compreender o problema.

A variabilidade da concepção de uma organização criminosas depende, em muito, das particularidades criminais de cada comunidade e do seu or-

denamento jurídico, tópicos que devem ser (re)vistos para clarificar focos de incidências e estratégias de contenção.

De acordo com um estudo de Gastrow e Mosse (2002), não muito recente mas que serve de nascente para o desaguar das posteriores ilações, as organizações que operam com maior ameaça em Moçambique serão aqueles que integram o tráfico de droga e interagem com a criminalidade organizada transnacional e com ramificações na África do Sul, Dubai, Paquistão e, até, em Portugal e no Brasil.

Defendem que este estabelecimento é peculiar por todo o aglomerado de domínios sócio-político-culturais e geoeconómicos do país e, com isso, têm vínculos coesos no tráfico de armas, de órgãos e de droga e ligações com roubos de viaturas e branqueamento de capitais.

Do apoio ao estabelecimento da criminalidade organizada

Posto isto, convém recuar e indagar o porquê da preocupação com a criminalidade organizada e o que levou a este catapultar como problemática no panorama actual moçambicano.

Bom, o surgimento e o respectivo estabelecer destas organizações criminosas não compõe, por si mesmas, o dilema fundamental. Claro que podem revelar uma intimidação à segurança local e, até mesmo, ferir a comunidade nacional, mas a derradeira problemática pode ser vista no alicerçar da cultura de impunidade que assombra Moçambique e que tem prosperado à volta das ilicitudes e dos seus, digamos, investidores.

Isto é, traduz-se num peso vantajoso na balança nacional que opera como obstáculo directo às medidas governamentais em prover serviços essenciais e diminuir a pobreza em prol do bem público.

Se tecermos algumas ilações no que estaria no surgimento deste tipo de crime, é possível afirmar que, tal como noutros países como a Rússia ou o Japão, as organizações criminosas estiveram presentes na evolução da política nacional.

Vejamos, tal como Goredema (2013) afirma, aquando do período do conflito interno, ambos os lados usaram as redes criminosas para alcançar objectivos bélicos e, por consequência, cobrir as necessidades inerentes ao confronto. Mesmo após a guerra, com a estabilização do poder e a disponibilização de recursos pela FRELIMO, recorreu-se às organizações criminosas para promover os interesses político-económicos de altos escalões estatais.

Já no período de transição com o partido a apresentar brechas internas, nomeadamente pela disparidade de riqueza entre os integrantes de alta patente e os de base, a estagnação democrática pelo domínio do partido único no sistema político e o enfraquecimento da oposição e das instituições, surge o clima situacional propenso a desencadear uma emancipação da criminalidade organizada face ao sector político, agravando o recurso à violência.

Se outrora a percepção da actuação das redes criminosas não era muito perceptível nas actividades ilícitas, a criminalidade organizada fora, assim, alicerçada nas fases posteriores, muito em virtude destas manobras políticas, na exploração da insegurança e, claro está, a desordem geral.

Em jeito de ilustração, com a guerra vêm as oportunidades para o mercado negro surgir e, no caso moçambicano, acarretou a inflação dos preços dos alimentos que, combinada com a reprodução de armas de porte pequeno, levou a ser o principal fornecedor para a África do Sul.

Só com a cooperação transfronteiriça entre nações, o contrabando de armas diminuiu acentuadamente, o que, segundo Gall (2006), levou a muitos dos comerciantes do mercado negro, maioritariamente asiáticos, mutar os seus contrabandos para outras actividades criminais, como o tráfico de drogas e os veículos roubados, paralelamente a outros negócios lícitos.

Fronteiras terrestres e marítimas

Com 4500km de fronteira terrestre, 2500km de costa e vários arquipélagos, Moçambique tem um grave problema com as rotas de tráfico ilícito. Se, por um lado, enfrenta fragilidades internas no que concerne à corrupção, os seus limites nacionais são o calcanhar de Aquiles de um controlo fronteiriço.

Essa janela aberta para o oceano criminal, tomou proporções sérias a partir da década de 90 com a procura de novas rotas de tráfico e mercados de droga por parte de organizações criminosas em expansão, classificado, pela ONU em 2003, como o segundo maior foco de tráfico da África Austral.

Goredema (2013) aponta quatro corredores importantes:

- O corredor da Beira, que integra o porto local, a via-férrea e a estrada para o Zimbabué;
- O corredor de Naccala, incluindo o porto, assim como a via-férrea e a estrada para o Malawi, passando por Nampula;
- O corredor de Maputo que faz a conexão entre o seu porto para África do Sul e à Suazilândia por via-férrea e estrada;
- O corredor de Tete que liga a Zâmbia ao porto de Quelimane e, também, liga o Malawi ao Zimbábue e à província moçambicana do norte de Nampula.

Porquê não controlam estes corredores de tráfico? A resposta prende-se com circuitos internos, isto é, a disseminada corrupção entre os funcionários que trabalham nos portos e facilitam a entrada de mercadorias ilegais.

Em relação ao espaço aéreo, temos países como a África do Sul, a Tanzânia, o Brasil e o Quénia, onde o controlo aduaneiro está como todo o resto, emaranhado numa teia de conspiração e corrupção, na qual permitem a passagem sem haver fiscalização. Por exemplo, em Outubro de 2011, foram suspensos oito polícias e funcionários aduaneiros no aeroporto de Maputo por terem feito essa acção em troca de subornos (Internacional Narcotics Control Strategy Report, 2012).

Actividades perpetuadas pela Criminalidade Organizada

Tráfico de Droga

Seja através dos relatórios de tráfico de drogas, seja por relatos de investigadores ou pelos meios de comunicação social, este problema aponta para redes de tráfico em estilo firma (obtenção de lucros e poder expansivo), talvez com melhor organização que o sistema governamental, onde operam e cooperam importadores, exportadores, transportadores de mercadoria e informadores. Porém, a pedra angular de todo o mecanismo criminal assenta, fortemente, na participação dada pela corrupção.

Esta cooperação entre os negócios das organizações criminosas e os funcionários públicos fulcrais à actividade, tanto abarcam a participação activa em determinada acção ilegal como no recolher de subornos e contrapartidas que promovem o facilitismo dos procedimentos e meandros dos criminosos (USAID, 2005).

Se a droga entra ou sai do país, a viabilidade é dada por uma quantidade de condicionantes, isto é, primeiro a carga é camuflada com mercadoria legal (produtos agrícolas, por exemplo), depois ainda estão munidos de funcionários subornados e agentes alfandegários que monitorizam e taxam as importações como se fossem empregados da rede criminosa. Afiança-se a possibilidade de haver integração de autoridades nos pontos de carga para servirem como facilitadores do processo (US Embassy Maputo, 2009).

Além disso, as empresas de transporte têm proprietários que ora, têm conexões com a esfera política mais influente, ora são mesmo políticos. Com a carência de processos de tráfico e afins contra estes indivíduos de patamares mais alto da sociedade moçambicana, o envolvimento factual é especulativo e a legitimidade das empresas é colocada em causa (Afrol News, 2010).

Ilustremos estas considerações com alguns exemplos conhecidos de tráfico de droga,

Com a paz já estabelecida, em 1995, foram apreendidas 40 toneladas de haxixe que, segundo Paulino (2003), estariam embaladas em latas semelhantes àsquelas que se usavam na indústria local para acondicionar castanha processada. A condenação cingiu-se a um sujeito sem grande interesse no narcotráfico.

Menciona o mesmo autor que a incineração da droga acabou em prejuízo por danificar os fornos da companhia de cerâmica onde fora a operação, lesando a empresa e os Estado em milhões. O interessante no seu relato é referir que a população acabou por verificar que essas embalagens de haxixe estariam, algum tempo depois, no mercado negro, apesar de as entidades oficiais terem dito que foram queimadas na totalidade. Mais se disse, já quase em surdina, que alguns vendedores seriam agentes da polícia.

Ora, visto os dados e os índices de pobreza, será um pouco impensável que tanta tonelada de haxixe fosse para consumo dos moçambicanos, até porque está longe das suas possibilidades e da sua cultura, limitando-se, na sua maioria, a fumar soruma, isto é, as folhas de canábis em estado natural, com o intuito de impulsionar o trabalho e potência sexual.

À semelhança das rotas da heroína e do mandrax, o comércio de haxixe é dominado em grande parte pelos moçambicanos indígenas e sujeitos de origem paquistanesa, entrando a maioria dos produtos pela, não policiada, costa norte. Estas redes são bastante complexas com um conjunto de indivíduos em diversos sectores e operacionalidades que fornecem informações valiosas às redes criminosas (Gastrow e Mosse, 2003).

Por sua vez, os carregamentos de cocaína são oriundos da América do Sul, na sua maioria, da Colômbia, passando pelo Brasil directamente para Moçambique. Parte deste comércio tem a sua entrada no país escondido através de “mulas”. Esta terá alguns destinos distintos, grande parte será comercializada pela Europa e Ásia, assim como a África do Sul, deixando algum produto para ser vendido em alguns locais estratégicos de Maputo.

Mais se pode indicar que, segundo o Instituto de Estudos de Segurança e com o apoio da United Nations Drug Enforcement Office, além dos países referidos, também os nigerianos estão cada vez mais envolvidos no tráfico de cocaína em Moçambique (UN Southern African Drug Office, 2001).

Mesmo com leis mais apertadas no tráfico de armas e algumas das redes moçambicanas sejam subordinadas por estrangeiros, actualmente, os habitantes locais subiram para patamares de relevo, havendo cartéis bastante organizados que recorrem à violência em prol dos seus interesses criminais. Exemplo disso, foram as três vezes que balearam o procurador

geral-adjunto fora de casa por estar a investigar uma rede de tráfico de mandrax (Gastrow e Mosse, 2003).

Na verdade, é difícil de quantificar a amplitude do comércio ilícito de drogas no país, além da ausência de dados estatísticos frutíferos, existe uma grande lacuna no que toca à sua denúncia. Para piorar, as investigações alegam bastante a corrupção como ex-libris de todo o mercado ilícito, apontando o dedo à impunidade como as organizações criminais operam, assim como as boas relações que as autoridades mantêm com os criminosos e o conhecimento dos procedimentos comerciais inter(nacionais) (Gastrow e Mosse, 2003).

Esquemas colaterais pelo tráfico de droga

Pelas investigações efectuadas não foi possível verificar conotações com organizações criminosas conhecidas no panorama internacional, contudo, é mais um sinal da sofisticação operativa que actua em Moçambique.

Isto porque o tráfico de droga está interligado com várias actividades e grupos criminosos, mas não só. O branqueamento de capitais é, por excelência, o dano colateral da prática deste crime, sendo o dinheiro “sujo” (re)investido em negócios lícitos para produzir lucros e, com isso, afastar suspeitas posteriores. Avaliando por outras organizações envolvidas no narcotráfico, Moçambique não seria o primeiro país em que os rendimentos do crime alcançam os milhões, às vezes equiparado aos lucros públicos.

A indústria hoteleira e o turismo, pelo seu carácter catalisador de, presumíveis, investimentos externos e nacionais, assim como a possibilidade de declarar taxas de ocupação e de facturação mais altas do que aquelas, realmente, registadas, são os negócios típicos de investimento. Não obstante de uma grande parte também estar virado para os sectores da construção civil, casinos e do comércio a retalho (Irish-Qhobosheane, 2007).

Paulino (2003), vai mais longe e apresenta dois casos, o primeiro prende-se com os bancos (10) e as casas de câmbio (30), sem o país ter um poder económico que sustente de forma legal tantos assim. Um dos casos mais sonantes, fora uma investigação de fraude bancária que resultou no homicídio de dois cidadãos, que tinham em comum a participação no mesmo caso, culminando no relacionamento de dois bancos, a falência de outro e duas casas de câmbio fechadas.

Ainda nesta vertente de crimes de colarinho branco, este período foi assolado por quatro tipos de fraude bancária em Moçambique, designadamente,

o roubo de dinheiro, o branqueamento de capitais, os empréstimos emitidos e não reembolsados e as ofertas ilegais de câmbio (Hanlon, 2002).

O mesmo autor indica que as estratégias utilizadas passaram pela drenagem de contas bancárias inactivas, o facto dos arquivos serem de papel facilitou a fraude, as transferências foram utilizadas a partir de contas bancárias sem saldo e os descobertos foram aprovados, entre outros.

O outro caso envolve a exportação ilegal da moeda livremente convertível, nomeadamente, dólares americanos em randes sul-africanos, no qual uma das situações mais divulgadas, envolvia a interceptação de um indivíduo que tentava sair do país com 1 milhão de dólares, vindo-se a verificar posteriormente que terá realizado tal feito, aproximadamente, 150 vezes num intervalo de um ano.

Estas situações colocam em cima da mesa as fragilidades do sistema fiscal e policial mas, também, as vulnerabilidades das instituições do governo, passando ainda pela factualidade das ligações entre o mundo do crime e o poder público. De outra forma, o homicida de um jornalista não se teria evadido antes do início do julgamento de um estabelecimento prisional de segurança máxima.

Roubo de viaturas

Segundo o relatório do South African Institute of International Affairs (Irish-Qhobosheane, 2007), o comércio de veículos ilegais é uma das actividades criminosas mais lucrativas em Moçambique e não se limita à fonte de veículos roubados para tráfico fornecido pela África do Sul para o país ou para exportação secundária para outro país. Envolve ainda roubos de veículos, especialmente, em Maputo, para vender no Norte que, pelo fraco policiamento, diminui o risco de serem detectados.

Ora, as redes organizadas que interagem na movimentação deste tipo de produto têm que, necessariamente, atravessar fronteiras e, como tal, terá que haver um certo acordo com os funcionários alfandegários e com as instituições de licenciamento. De outro modo, não teriam provas legítimas para a revenda dos veículos.

Esta exportação e/ou importação de veículos roubados promove a insegurança e, quem tiver uma viatura que tenha grande procura nos países vizinhos, tem um risco acrescido de sofrer um assalto à mão armada.

As organizações que actuam nestas actividades têm um estilo de tráfico complexo, se por um lado os recursos provenientes de outras formas de criminalidade fornecem fundos para integrar o mercado no qual os veículos

roubados são trocados, por outro estão munidos de sujeitos que fazem a recepção e transporte, tratam da documentação e dos compradores. Mais uma vez, encontra-se relatos do envolvimento de autoridades no esquema que asseguram a passagem deste produto entre a África do Sul e Moçambique.

Relativamente ao financiamento desta actividade, aponta-se para o recurso a produtos de minas ilegais, como o grande contrabando de ouro e rubis, não estando regulamentados nem quantificados oficialmente. Um dos casos aponta para 2010, onde quatro cidadãos da Tailândia foram presos ao prepararem-se para traficar 34,5 kg de rubis no valor de cerca de 102 milhões de dólares através do aeroporto de Pemba (nordeste da capital moçambicana) (Goredema, 2013).

De acordo com o relatório da South African Insurance Crime Bureau's (2010), este tipo de crime afecta a estrutura governamental e os seguros automóveis, visto que o tráfico e a reintrodução dos veículos roubados numa nação estrangeira está intrinsecamente ligado ao suborno de funcionários públicos.

Tráfico de Seres Humanos

Identificado pela International Organisation for Migration (relatório de 2002), o tráfico de seres humanos, nomeadamente o de mulheres e crianças, tem como maior receptor a África do Sul e, por sua vez, a rota de Maputo como maior fornecedor. O mesmo relatório sublinha o teor organizado destas redes de tráfico e a sua vasta rede de tráfico que atravessa Moçambique para lá das suas fronteiras.

As vítimas são mantidas em pontos estratégicos de passagem fronteiriça até à ordem para serem transportadas, por táxis ou pequenos autocarros contratados ou de propriedade de traficantes moçambicanos, para serem levadas para casas de prostituição e minas.

Por consequência deste relatório, a South Africa Broadcasting Corporation divulgou que, cerca de 10 anos depois, o modus operandi dos captadores pouco mudara, continuando a angariar jovens com promessas de melhores condições e emprego na África do Sul, submetendo-as a situações precárias de exploração. Afirmam, ainda, que o tráfico sexual ampliou-se para Nampula, mais uma vez no norte de Moçambique.

Um artigo da CNN, escrito por Swails (2012), menciona que em 2011 uma rede identificada pelas autoridades traficava 40 mulheres e jovens por mês através da fronteira entre Moçambique e a África do Sul, vendidas por

mil dólares. O contraste estava patente dentro da fronteira, na qual o comércio delas baixava para os dois dólares.

Corrupção na imigração clandestina

Na penumbra da Direcção Nacional de Migração, os denominados Mukheristas (intermediários falsos que se colocam entre o requerente e o agente de migração), são a fachada para a corrupção neste sector, no qual camuflam as autoridades para salvaguardar as identidades e o negócio ilícito.

No fundo, o esquema coloca o falso intermediário perante o cliente e convence-o da sua utilidade, argumentando em ter ligações entre a o sector de migração e um mecanismo de evitar a burocracia e obter os documentos necessários mais rapidamente.

Pelo serviço é cobrado um montante superior ao processo normal (variando conforme o documento ou passaporte que é pedido) e, por conseguinte, dividido entre o intermediário e o agente que se encontre de serviço.

A vulnerabilidade dos serviços de migração públicos e os rendimentos extra que catapultam para os funcionários, causam bastante desequilíbrio na regulação de passaportes e certificados e, somando a isso, tal como refere a investigação do Centro de Integridade Pública de Moçambique (2011): "(...) A morosidade e burocracia, originando longas filas, a ocultação de existência de passaportes de emergência de modo a serem atribuídos apenas aos que pretendem aceder via o esquema com os intermediários, proporcionam um sistema de corrupção enraizado na DNM."

Considerações finais

As percepções e as realidades que uma comunidade pode ter face às redes e às organizações criminosas envolvem ilações complexas. O certo será dizer que a corrupção, a violência culturalmente aceite, os confrontos prolongados e a débil máquina político-judicial causam um desajuste, quase titânico, nas relações e nos sectores de um país. Moçambique vive nesse limbo criminal.

Quanto mais a criminalidade organizada expandir, mais frágil torna a economia e o investimento externo, mais enviesado é o poder policial e mais fraca é a vida em sociedade. Moçambique deveria gozar de certas vantagens turísticas que estão a ser desencorajadas por esta perversidade criminal que

mina o poder governativo e das organizações sociais, fomentando a irregularidade financeira.

Este ciclo criminal vicioso traduz-se numa crise de soberania e equidade social, onde a corrupção é um cancro dominante e epidemiológico que descara da população, que se tenta adaptar aos novos paradigmas que lhes assolam a vida diária.

Como visto ao longo destes apontamentos, o país apresenta muitas lacunas e carências mas, acima de tudo, parece perecer de um interesse em prol do bem comum, um ideal de paz comunitário, uma cooperação judiciária e governamental sem interferências preponderantes, onde o crime não é julgado com impunidade mas com justiça verdadeira.

É certo que as organizações de narcotráfico têm grandes fontes de rendimento para alcançar e manietar o poder, que o tráfico humano é uma oportunidade assombrada, que o branqueamento de capitais é, muitas vezes, um ladrão sem rosto, mas a legitimação da corrupção é o ex-libris funesto de toda a deterioração político-económica que Moçambique tem atravessado.

Por vezes, não é só investir e aprovisionar o Estado de bens e recursos, é preciso monitorizar, intervir e, quiçá, educar mentalidades. O fruto de um país não se vê na árvore que o carrega mas na semente que o dissemina.

Bibliografia

- Afonso, O., C. Pimenta, M. Costa e N. Gonçalves (2013), *A Economia Não Registada na Região Autónoma dos Açores*. Porto: Edições Húmus.
- AFROL News (2010). "Mozambique drug barons protected by President". Acedido a 22 de Junho, 2017. Disponível em <http://www.afrol.com/articles/37037>
- Ahumada, H., F. Alvaredo e A. Canavese (2007), "The Monetary Method and the Size of the Shadow Economy: a Critical Assessment", *Review of Income and Wealth*, Vol. 53, Nº2, 363-371.
- Ahumada, H., F. Alvaredo e A. Canavese (2008), "The Monetary Method to Measure the Shadow Economy: the Forgotten Problem of the Initial Conditions", *Economics Letters*, Vol. 101, Nº2, 97-99
- Ahumada, H., F. Alvaredo e A. Canavese (2009), "The Monetary Method to Measure the Size of the Shadow Economy. A Critical Examination of its Use", *Revue Économique*, Vol. 60, Nº5, 1069-1078.
- Alañón, A. e M. Gómez-Antonio (2005), "Estimating the Size of the Shadow Economy in Spain: A Structural Model with Latent Variables", *Applied Economics*, Vol. 37, Nº 9, 1011-1025
- Gutmann, P. (1977), "The Subterranean Economy", *Financial Analyst Journal*, Vol. 33, Nº 6, 26-27.
- Amaral, J. F. d., Epstein, G., Fine, B., & Toporowski, J. (2010). *Financeirização da Economia, a última fase do neoliberalismo*. Lisboa: Livre.
- Bertho, F. (2014). Renforcer les systemes financiers des pays d'Afrique subsaharienne pour financer le futur agenda pour le développement durable. *Revue d'Économie financière*, 116(4), 81-96. doi:
- Brito (Org.), L. d., Castel-Branco (Org.), C. N., Chichava (Org.), S., & Francisco (Org.), A. (2011). *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE.
- Brito (Org.), L. d., Castel-Branco (Org.), C. N., Chichava (Org.), S., & Francisco (Org.), A. (2012). *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE.
- Brunhoff, S. (1973). *La Monnaie chez Marx* (2 ed.). Paris: Editions Sociales.
- Buekenhout, I. (2015). A investigação criminal. Desafios presentes e futuros. *Investigação criminal*(9), 10/33.
- Centro de Integridade Pública de Moçambique (Maio de 2011). *Um submundo do crime organizado. Corrupção na Direcção Nacional de Migração*, 12. Acedido a 22 de Junho, 2017. Disponível em http://www.cip.org.mz/cipdoc%5C102_CIP_Newsletter12.pdf
- Costa, N. C. A. (1993). *Sistemas Formais Inconsistentes*. Curitiba: UFPR.
- Costa, N. C. A. d., & Lewin, R. A. (1995). *Lógica Paraconsistente Lógica* (pp. 185/205). Madrid: Trotta.

- Ducouloux-Favard, C. (2010). *Les paradis fiscaux et judiciaires. De la fraude au crime* (1 ed.). Paris: Riveneuve.
- Duménil, G., Löwy, M., & Renault, E. (2009). Glossaire. In P. U. d. France (Ed.), *Les 100 mots du marxisme* (pp. 115). Paris: Presses Universitaires de France.
- Duverger, M. (1962). *Os Regimes Políticos* (G. G. D. SOUZA, Trans.). São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- El, C., & Oztunali, O. (s.d.). Shadow Economies around the World: Model Based Estimates. *WP (sem especificação)*, 48.
- Ferreira, B. M. T., & Pereira, G. E. S. (2017). *Centro Financeiro Offshore da Suíça: impostos, regulação financeira e sigilo bancário*. (Disciplina da licenciatura «Seminário de Economia»), Universidade do Porto, Porto.
- Gastrow, P. & Mosse, M. (2002). *Mozambique: Threats Posed by the Penetration of Criminal Networks, Organised crime, corruption and governance in the SADC Region*, Pretoria. Acedido a 23 de Junho, 2017. Disponível em <http://dspace.africaportal.org/jspui/bitstream/123456789/31666/2/3MOZAMBIQUESEMINAR.pdf?1>
- Gastrow, P. & Mosse, M. (2003), *Penetrating State and Business: Organised Crime in Southern Africa*, Monograph 86.
- Gayraud, J.-F. (2011). *La Grande Fraude. Crime, Subprimes et Crises Financières*. Paris: Odile Jacob.
- Gayraud, J.-F. (2014a). Fraud and organized crime in Europe: In the ice-cold waters of organized crime. In A. A. C. Teixeira, A. Maia, J. A. Moreira, & C. Pimenta (Eds.), *Interdisciplinary Insights on Fraud* (pp. 33/58). Cambridge: Cambridge Scholars Publishing.
- Gayraud, J.-F. (2014b). *Le Nouveau Capitalisme Criminel*. Paris: Odile Jacob.
- Gayraud, J.-F. (2016). *L'art de la guerre financière*. Paris: Odile Jacob.
- Gayraud, J.-F., & Thual, F. (2012). *Géostratégie du crime*. Paris: Odile Jacob.
- Goredema, C. (2013). *Getting Smart and Scaling Up: The Impact of Organized Crime on Governance in Developing Countries*. Acedido a 22 de Junho, 2017. Disponível em http://cic.nyu.edu/sites/default/files/kavanagh_crime_developing_countries_mozambique_study.pdf
- Governo de Moçambique (2014), *Código Penal*, Lei nº 35/2014 de 31 de Dezembro da Imprensa Nacional de Moçambique, E.P.. Boletim da República: I Série, nº105 (2014). Acedido a 20 de Junho, 2017. Disponível em http://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2014/11/Lei-35_2014Codigo_Penal.pdf

- Gutmann, P. M. (1977). The Subterranean Economy. *Financial Analyst Journal*, Vol. 33, No. 6. pp. 26-27.
- Hanlon, J. (2002). Bank conniption becomes a site of struggle in Mozambique, *Review of African Political Economy*. Acedido a 20 de Junho, 2017. Disponível em http://www.tandfonline.com/loi/crea20?open=29&year=2002&repitition=0#vol_29_2002
- Hofstede, G. (2003). What is culture? A reply to Baskerville. *Accounting, Organisations and Society*(28), 811–813.
- International Organization for Migration (2003). *Seduction, Sale and Slavery: Trafficking of Women and Children for Sexual Exploitation in Southern Africa*. Acedido a 22 de Junho, 2017. Disponível em <http://www.unhcr.org/4d523c689.pdf>
- Irish-Qhobosheane, J. (2007). *See no evil, hear no evil: The social economy of organised crime in Mozambique*. South African Institute of International Affairs (SAIIA). Acedido a 3 de Junho, 2017. Disponível em <http://dspace.africaportal.org/jspui/bitstream/123456789/30069/1/See%20no%20evil%20hear%20no%20evil.pdf?1>
- Lenine. (1968 [1917]). L'Impérialisme, Stade Supreme du Capitalisme (Essai de Vulgarisation). In È. d. Progrès (Ed.), *Oeuvres Choisies (I)* (pp. 655/758). Moscovo: Éditions du Progrès.
- Loayza, N. V. (2016). Informality in the Process of Development and Growth. *Peruvian Economic Association Working Paper*(76), 86.
- Maia (Org.), A., Sousa (Org.), B., & Pimenta (Org.), C. (2017). *Fraude em Portugal - factos e contextos*. Coimbra: Almedina.
- Martin, H.-P., & Schumann, H. (1999). *A Armadilha da Globalização: o Assalto à Democracia e ao Bem-estar Social* (2 ed.). Lisboa: Terramar.
- Martins, J. P. (2010). *Revelações*. Lisboa: SmartBook.
- Marx, K. (1969 [I - 1867]). *Le Capital* (J. Roy, Trans.). Paris: Editions Sociales.
- Marx, K. (1974a). *O Capital - Livro I (1ª Volume)* (J. T. Martins, Trans.). Coimbra: Centelha.
- Marx, K. (1974b). *Théories sur la Plus-Value* (G. Badia, Trans.). Paris: Editions Sociales.
- Marx, K., & Engels, F. (1975). *Manifesto do Partido Comunista* (Á. PINA, Trans.). Lisboa: Edições Avante.
- Neves (Org), V., & Caldas (Org), J. C. (2010). *Economia sem Muros*. Coimbra: Almedina.
- OCDE. (2002). *Measuring the Non-Observed Economy - A Handbook*. Paris: OCDE.

- OCDE, internationale, L. F., & (FIIAPP), P. p. l. I.-A. d. a. e. d. p. p. (2015). *Édifier une culture fiscale, du civisme et de citoyenneté. Un document de référence global de l'éducation des contribuables*. Paris: OCDE.
- ONU. (2002). *International Migration Report*. Department of Economic and Social Affairs, United Nations, New York.). Acedido a 3 de Junho, 2017. Disponível em <http://www.un.org/esa/population/publications/ittmig2002/2002ITTMIGTEXT22-11.pdf>
- OXFAM. (2016). Une économie au service de 1%. *Node d'Information d'OXFAM*(210).
- Pacolet, J., & Vanormelingen, J. (2015). Illicit financial flows: Concepts and first macro estimates for belgium and its 18 preferred partner countries. *BeFind Working Paper*(10), 75.
- Paulino, A. (2003). Criminalidade global e insegurança local—o caso de Moçambique. *Colóquio internacional de Direito e Justiça no Sec. XXI*. Coimbra. Acedido a 6 de Junho, 2017. Disponível em <http://opj.ces.uc.pt/portugues/novidds/comunica/AugustoPaulino.pdf>
- Pimenta (Org.), C., Maia (Org.), A., Teixeira (Org), A., & Moreira (Org.), J. A. (2014). *Perceção da fraude e da corrupção no contexto português*. Ribeirão: Edições Húmus.
- Pimenta, C. (1985). *Contributos para a Caracterização e Explicação da Inflação em Portugal* (Vol. Doutoramento). Lisboa: UTL.
- Pimenta, C. (2004). *Globalização: Produção, Capital Fictício e Redistribuição*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- Pimenta, C. (2007). Embuste do desenvolvimento. *Africana Studia - Revista Internacional de Estudos Africanos*(10), 395.
- Pimenta, C. (2017). *Racionalidade, Ética e Economia*. Coimbra: Almedina.
- Pimenta, C., & Afonso, Ó. (2014). Notes on the Epistemology of Fraud *Interdisciplinary Insights on Fraud* (pp. 8/32). Cambridge: Cambridge Scholars Publishing.
- Rodrigues, J., Caldas, J. C., Teles, N., Mamede, R. P., Almeida, J. R. d., Martins, D., . . . Gusmão, J. G. (2017). *Economia com todos*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Rodrigues, J., & Teles, N. (2017). O caso do Novo Banco: nacionalizar ou internacionalizar. *Le Monde Diplomatique - edição portuguesa*(128 (II série)).
- Roosevelt, F. D. (1936, 1936, October, 31). [Discurso eleitoral].
- Schneider, F. (2012). The Shadow Economy and Work in the Shadow: What Do We (Not) Know? *IZA Discussion Papers*(6423), 73.
- Shaxson, N. (2011). *Treasure Islands: Tax Havens and the men who stole the world*. Londres: Bodley Head, Random House.

- Shorrocks, A., Davies, J. B., Lluberas, R., & Koutsoukis, A. (2016). *Global Wealth Report 2016*. Zurich: Credit Suisse AG.
- Smith, A. (1981). *Riqueza das Nações* (T. Cardoso, Trans.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- South African Insurance Crime Bureau's (2010). *SAICB report*. Acedido a 20 de Junho, 2017. Disponível em <http://www.saicb.co.za>
- Stiglitz, J. E. (2004). *Globalização, A Grande Desilusão* (M. F. Duarte, Trans. 3ª Revista ed.). Lisboa: Terramar.
- Stiglitz, J. E. (2013). *O Preço da Desigualdade*. Lisboa: Bertrand.
- Sutherland, E. H. (1983 [1949]). *White-Collar Crime: the uncut version*. New Haven: Yale University Press.
- Swails, B. (2012). Trafficking in Mozambique: Every minute was the worst, *CNN*. Acedido a 20 de Junho 2017. Disponível em <http://thecnnfreedomproject.blogs.cnn.com/2012/02/20/trafficking-in-mozambique-every-minute-was-the-worst/>
- Tertúlia Edípica. (sd). *Dicionário de Sinónimos da Língua Portuguesa* (2 ed.). Lisboa: João Francisco Lopes.
- USAID. (2005). *Avaliação da Corrupção: Moçambique – Relatório Final*. Acedido a 22 de Junho, 2017. Disponível em http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/Pnadg268.pdf
- US Department of State (2012). *International Narcotics Control Strategy Report (INCSR)*. Acedido a 22 de Junho, 2017. Disponível em <https://www.state.gov/j/inl/rls/nrcrpt/2012/>
- US Embassy Maputo (2009). *Frelimo Mavericks Concerned About Corruption*, Acedido a 6 de Junho, 2017. Disponível em <http://www.politicsweb.co.za/documents/corruption-in-mozambique--wikileaks>
- Vallée, O. (2011). L'Économique africain saisi par la finance. *Politique africaine*, 124(4), 67-86. doi:10.3917/polaf.124.0067